

**RENATO
BRASILEIRO
DE LIMA**

MANUAL DE
PROCESSO PENAL
volume único

12^a | revista
edição | atualizada
ampliada

2023



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPodivm

Diagramação: Luiz Fernando Romeu (lfmendo_38@hotmail.com)

Capa: Ana Caquetti

L732m Lima, Renato Brasileiro de
Manual de Processo Penal - Volume Único / Renato Brasileiro de Lima – 12.ed., rev.,
atual. e ampl. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2023.
1.696 p.
(Coleção Manuais - Volume Único)

Inclui Bibliografia
ISBN: 978-85-442-4216-2

1. Direito Processual Penal. I. Lima, Renato Brasileiro de. II. Título.

CDD 341.46

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

TÍTULO 1 • NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	45		
1. Introdução.....	45	3.3.2.1. Direito de audiência.....	65
2. Sistemas processuais penais.....	46	3.3.2.2. Direito de presença.....	65
2.1. Sistema inquisitório.....	46	3.3.2.3. Capacidade postulatória au- tônoma do acusado	66
2.2. Sistema acusatório	47	3.3.3. Ampla defesa no processo adminis- trativo disciplinar e na execução penal.....	67
2.3. Sistema processual misto ou francês.....	48	3.4. Princípio da publicidade.....	68
3. Princípios fundamentais do processo penal.....	49	3.4.1. Divisão da publicidade: ampla e res- trita.....	69
3.1. Da Presunção de inocência (ou da não culpabilidade)	49	3.4.2. Sessão de julgamento na Justiça Mi- litar e votação em sala secreta.....	70
3.1.1. Noções introdutórias	49	3.5. Princípio da busca da verdade: superando o dogma da verdade real.....	71
3.1.2. Da regra probatória (in dubio pro reo).....	50	3.5.1. Busca da verdade consensual no âm- bito dos Juizados	72
3.1.3. Da regra de tratamento.....	51	3.6. Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos	72
3.1.4. (In)constitucionalidade da execução provisória da pena	52	3.7. Princípio do juiz natural.....	72
3.1.4.1. Desnecessidade do trânsito em julgado (STF – HC 126.292/ ARE 964.246)	53	3.8. Princípio do nemo tenetur se detegere.....	72
3.1.4.2. Necessidade do trânsito em julgado (STF – ADC's 43, 44 e 54).....	54	3.8.1. Noções introdutórias	72
3.1.4.3. (Des)necessidade do trânsito em julgado para fins de execução da pena restritiva de direitos	57	3.8.2. Titular do direito de não produzir prova contra si mesmo.....	72
3.1.4.4. (Des)necessidade do trân- sito em julgado de sentença penal condenatória para fins de reconhe- cimento, no âmbito administrativo carcerário, de falta grave decorren- te do cometimento de fato definido como crime doloso	58	3.8.3. Advertência quanto ao direito de não produzir prova contra si mesmo.....	73
3.2. Princípio do contraditório.....	59	3.8.4. Desdobramentos do direito de não produzir prova contra si mesmo.....	75
3.2.1. Contraditório para a prova e contra- ditório sobre a prova	60	3.8.5. Exercício total ou parcial (horizon- tal ou vertical) do direito de não produzir prova contra si mesmo	80
3.3. Princípio da ampla defesa.....	61	3.8.6. Dever legal de interrupção imediata do interrogatório quando o imputado op- tar pelo exercício do direito ao silêncio.....	81
3.3.1. Defesa técnica (processual ou espe- cífica)	61	3.8.7. Consequências decorrentes do exer- cício do direito de não produzir prova con- tra si mesmo	82
3.3.1.1. Defesa técnica necessária e irrenunciável.....	62	3.8.8. O direito de não produzir provas contra si mesmo e a prática de outros de- litos.....	82
3.3.1.2. Direito de escolha do defensor	63	3.9. Princípio da proporcionalidade.....	84
3.3.1.3. Defesa técnica plena e efetiva	63	3.9.1. Da adequação.....	86
3.3.2. Autodefesa (material ou genérica)	64	3.9.2. Da necessidade.....	86

3.9.3. Da proporcionalidade em sentido estrito	86	3.2.1. Da vedação da iniciativa acusatória do juiz das garantias na fase investigatória ..	104
4. Lei processual penal no espaço	87	3.2.2. Da vedação da iniciativa probatória do juiz da instrução e julgamento no curso do processo penal	105
4.1. Tratados, convenções e regras de direito internacional	87	4. Juiz das Garantias	109
4.2. Prerrogativas constitucionais do Presidente da República e de outras autoridades	88	4.1. Conceito	109
4.3. Processos da competência da Justiça Militar	89	4.2. (In)constitucionalidade formal e material do juiz das garantias	111
4.4. Processos da competência do tribunal especial	90	4.3. Distinção entre o juiz das garantias, juizado de instrução e “centrais de inquérito” (v.g., DIPO/SP)	113
4.5. Crimes de imprensa	90	4.4. Fundamento: a necessária preservação da imparcialidade do magistrado à luz da teoria da dissonância cognitiva	114
4.6. Crimes eleitorais	90	4.5. A figura do juiz das garantias no direito comparado	119
4.7. Outras exceções	90	4.6. Início da eficácia do juiz das garantias	121
5. Lei processual penal no tempo	91	4.7. Aplicação imediata da nova sistemática do Juiz das garantias às investigações e aos processos em andamento por ocasião da entrada em vigor da Lei n. 13.964/19	122
5.1. Lei nº 9.099/95 e seu caráter retroativo	92	4.8. Da posição do juiz das garantias diante da investigação preliminar: atuação como garantidor e não como instrutor	124
5.2. Lei nº 9.271/96 e nova redação do art. 366: suspensão do processo e da prescrição	93	4.9. Competências criminais do Juiz das Garantias	125
5.3. Leis 11.689/08 e 11.719/08 e sua aplicabilidade imediata aos processos em andamento ...	93	5. Abrangência da competência do juiz das garantias	135
5.4. Lei nº 12.403/11 e o novo regramento quanto às medidas cautelares de natureza pessoal	94	5.1. Não abrangência das infrações de menor potencial ofensivo	135
5.5. Normas processuais heterotópicas	94	5.2. (In)existência de juiz das garantias nos Tribunais	135
5.6. Vigência, validade, revogação, derrogação e ab-rogação da lei processual penal	95	5.3. (In)existência de juiz das garantias no âmbito do Tribunal do Júri	137
6. Interpretação da lei processual penal	95	5.4. (In)existência de juiz das garantias na Justiça Militar e na Justiça Eleitoral	138
6.1. Interpretação extensiva	96	5.5. (In)existência de juiz das garantias no contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher	140
6.2. Analogia	96	5.6. (In)existência de juiz das garantias coletivo	142
6.3. Distinção entre analogia e interpretação analógica	97	5.7. (In)existência do Ministério Público das garantias	143
6.4. Aplicação supletiva e subsidiária do novo Código de Processo Civil ao processo penal	98	6. Cessaçao da competência do juiz das garantias com o recebimento da peça acusatória	145
TÍTULO 2 • JUIZ DAS GARANTIAS	101		
1. Suspensão cautelar da eficácia dos arts. 3º-A a 3º-F do CPP (STF, ADI 6.299 MC/DF, Rel. Min. Luiz Fux, j. 22/01/2020)	101		
2. Noções introdutórias	101		
3. Estrutura acusatória do processo penal	102		
3.1. Da suspensão da eficácia <i>sine die</i> do art. 3º-A do CPP introduzido pela Lei n. 13.964/19	102		
3.2. Gestão da prova pelo magistrado: a vedação da iniciativa acusatória do juiz das garantias e da iniciativa probatória do juiz da instrução e julgamento	103		

7. Recebimento da peça acusatória e apreciação das questões pendentes pelo juiz da instrução e julgamento.....	147	6. Características do inquérito policial.....	170
8. Desvinculação do juiz da instrução e julgamento em relação às decisões proferidas pelo juiz das garantias e (des)necessidade de reexame das cautelares em curso	147	6.1. Procedimento escrito	170
9. Não apensamento dos autos que compõem as matérias de competência do juiz das garantias aos autos do processo enviados ao juiz da instrução e julgamento.....	148	6.2. Procedimento dispensável.....	170
10. (Des)necessidade de exclusão física da investigação preliminar dos autos do futuro processo judicial.....	149	6.3. Procedimento sigiloso.....	170
11. Impedimento para a atuação do juiz das garantias na fase de instrução e julgamento.....	153	6.4. Procedimento inquisitório.....	173
12. (In)subsistência da prevenção como critério residual de fixação de competência diante da criação da figura do juiz das garantias.....	154	6.4.1. Assistência jurídica em favor de servidores vinculados aos órgãos de segurança pública (CF, art. 144) diante da instauração de inquérito para fins de investigação de fatos relacionados ao uso da força letal praticados no exercício funcional.....	176
13. Criação de um sistema de rodízio de magistrados nas comarcas de vara única de modo a atender à sistemática do juiz das garantias	156	6.5. Procedimento discricionário.....	178
14. Designação do juiz das garantias conforme as normas de Organização Judiciária da União, dos Estados e do Distrito Federal	157	6.6. Procedimento oficial	179
15. Da vedação à exploração da imagem de pessoa submetida à prisão (“Perp walk”) como instrumento de se concretizar o respeito à integridade moral do preso.....	157	6.7. Procedimento oficioso	179
TÍTULO 3 • INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR.....	159	6.8. Procedimento indisponível	180
1. Conceito de inquérito policial.....	159	6.9. Procedimento temporário	180
2. Natureza jurídica do inquérito policial.....	159	7. instauração do inquérito policial.....	181
3. Finalidade do inquérito policial.....	160	7.1. Verificação de procedência de informações (VPI)	182
4. Valor probatório do inquérito policial.....	160	7.2. Formas de instauração do inquérito policial	182
5. Atribuição para a presidência do inquérito policial	161	7.2.1. Crimes de ação penal pública incondicionada.....	182
5.1. Funções de polícia administrativa, judiciária e investigativa.....	161	7.2.2. Crimes de ação penal pública incondicionada.....	182
5.2. Da atribuição em face da natureza da infração penal.....	162	7.2.2.1. (Im)possibilidade de instauração de inquérito de ofício pela autoridade judiciária (“Inquérito das Fake News” – Inq. 4.781 do STF)	184
5.3. Da atribuição em face do local da consumação da infração penal	164	7.2.3. Crimes de ação penal pública condicionada e de ação penal de iniciativa privada.....	186
5.4. Das atribuições das Guardas Municipais	165	8. Notitia criminis	186
5.5. Das atribuições das Polícias Legislativas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ...	166	8.1. Delatio criminis	186
5.6. Agências de Inteligência de Segurança Pública e de Estado	167	8.2. Notitia criminis inqualificada.....	187
		9. Diligências investigatórias.....	188
		9.1. Preservação do local do crime	188
		9.2. Apreensão de objetos.....	188
		9.3. Colheita de outras provas	189
		9.4. Oitiva do ofendido.....	189
		9.5. Oitiva do indiciado.....	190
		9.5.1. (Des)necessidade de presença de defensor por ocasião da realização do interrogatório na fase investigatória	190

9.6. Reconhecimento de pessoas e coisas e acareações.....	192	14. Arquivamento do inquérito policial.....	214
9.7. Determinação de realização de exame de corpo de delito e quaisquer outras perícias.....	192	14.1. Fundamentos do arquivamento.....	215
9.8. Identificação do indiciado e juntada da folha de antecedentes criminais.....	193	14.2. Novo procedimento do arquivamento no âmbito da Justiça Estadual, da Justiça Federal e da Justiça Comum do Distrito Federal	216
9.9. Averiguação da vida pregressa do investigado.....	193	14.2.1. Da suspensão da eficácia sine die do novo procedimento de arquivamento introduzido pela Lei n. 13.964/19.....	216
9.10. Reconstituição do fato delituoso	193	14.2.2. Fim do controle judicial sobre o arquivamento do inquérito policial.....	216
9.11. Acesso aos dados cadastrais de vítimas e de suspeitos.....	194	14.2.3. (In)subsistência da aplicação do art. 28 do CPP pelo juiz nas hipóteses de divergência entre o magistrado e o órgão ministerial	219
9.12. Requisição de informações acerca das estações rádio base (ERB's).....	196	14.2.4. Instância de revisão ministerial para fins de homologação de arquivamentos.....	220
10. Identificação criminal	198	14.2.5. Inconformismo da vítima com o arquivamento do inquérito policial e submissão da matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial.....	222
10.1. Conceito	198	14.3. Procedimento do arquivamento na Justiça Eleitoral	223
10.2. Leis relativas à identificação criminal.....	199	14.4. Procedimento do arquivamento nas hipóteses de atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça ou do Procurador-Geral da República.....	224
10.3. Documentos atestadores da identificação civil.....	201	14.5. (In) subsistência de coisa julgada na decisão de arquivamento.....	225
10.4. Hipóteses autorizadoras da identificação criminal	201	14.6. Desarquivamento, a partir da notícia de provas novas, e oferecimento de denúncia, na hipótese do surgimento de provas novas.....	228
10.5. Identificação do perfil genético (Lei nº 12.654/12).....	202	14.7. Recorribilidade contra a decisão de arquivamento	229
11. Incomunicabilidade do indiciado preso	205	14.8. Arquivamento determinado por juiz absolutamente incompetente.....	230
11.1. Regime disciplinar diferenciado.....	205	14.9. Arquivamento implícito.....	231
12. Indiciamento.....	206	14.10. Arquivamento indireto	231
12.1. Conceito	206	15. Trancamento (ou encerramento anômalo) do procedimento investigatório.....	232
12.2. Momento.....	206	15.1. (Im) possibilidade de arquivamento de ofício de investigações nos casos de competência originária dos Tribunais	233
12.3. Espécies.....	206	16. Investigações diversas.....	235
12.4. Pressupostos	206	16.1. Comissões Parlamentares de Inquérito: inquéritos parlamentares	235
12.5. Desindiciamento.....	207		
12.6. Atribuição	207		
12.7. Sujeito passivo	207		
12.8. Afastamento do servidor público de suas funções como efeito automático do indiciamento em crimes de lavagem de capitais	208		
13. Conclusão do inquérito policial.....	208		
13.1. Prazo para a conclusão do inquérito policial.....	208		
13.1.1. Quadro sinóptico do prazo para a conclusão do inquérito policial.....	210		
13.2. Relatório da autoridade policial	210		
13.3. Destinatário dos autos do inquérito policial.....	211		
13.4. Providências a serem adotadas após a remessa dos autos do inquérito policial.....	213		

16.2. Conselho de Controle de atividades financeiras (COAF) – Unidade de Inteligência Financeira (UIF).....	237	4.1.1.1. Possibilidade jurídica do pedido.....	267
16.3. Inquérito Policial Militar.....	238	4.1.1.2. Legitimidade para agir.....	269
16.4. Investigação criminal pelo Ministério Público.....	238	4.1.1.2.1. Legitimidade ordinária e extraordinária no processo penal.....	270
16.5. Inquérito civil.....	241	4.1.1.3. Interesse de agir.....	271
16.6. Termo circunstanciado.....	241	4.1.1.3.1. Prescrição em perspectiva e ausência de interesse de agir.....	272
16.7. Investigação pela autoridade judiciária.....	241	4.1.1.4. Justa Causa.....	274
16.7.1. Inquérito judicial.....	241	4.1.1.4.1. Justa Causa duplicada.....	275
16.7.2. Revogada Lei das organizações criminosas.....	242	4.1.2. À luz de uma teoria específica do processo penal.....	276
16.7.3. Infrações penais praticadas por magistrados.....	242	4.2. Condições específicas da ação penal.....	276
16.8. Investigação criminal defensiva.....	243	4.3. Condições da ação e condições de prosseguibilidade (condição superveniente da ação)...	278
16.9. Investigação por detetive particular (Lei n. 13.432/17).....	244	4.4. Condições da ação, condições objetivas de punibilidade e escusas absolutórias.....	278
17. Acordo de não persecução penal.....	245	4.4.1. Decisão final do procedimento administrativo nos crimes materiais contra a ordem tributária.....	279
17.1. Conceito.....	245	5. Classificação das ações penais.....	282
17.2. Direito subjetivo do acusado ou discricionariedade do Ministério Público.....	247	5.1. Classificação das ações penais condenatórias.....	284
17.3. Previsão normativa.....	248	6. Princípios da ação penal pública e da ação penal de iniciativa privada.....	285
17.4. Direito intertemporal.....	250	6.1. Princípio do <i>ne procedat iudex ex officio</i>	285
17.5. Requisitos para a celebração do acordo de não-persecução penal.....	251	6.2. Princípio do <i>ne bis in idem</i> (inadmissibilidade da persecução penal múltipla).....	286
17.6. Vedações à celebração do acordo de não persecução penal.....	253	6.3. Princípio da intranscendência.....	288
17.7. Condições a serem impostas ao investigado.....	255	6.4. Princípio da obrigatoriedade da ação penal pública.....	288
17.8. Controle jurisdicional.....	258	6.5. Princípio da oportunidade ou conveniência da ação penal de iniciativa privada.....	291
17.9. Descumprimento injustificado das obrigações assumidas pelo investigado.....	259	6.6. Princípio da indisponibilidade da ação penal pública.....	291
17.10. Cumprimento integral do acordo de não persecução penal.....	260	6.7. Princípio da disponibilidade da ação penal de iniciativa privada (exclusiva ou personalíssima).....	292
18. Controle externo da atividade policial.....	260	6.8. Princípio da (in) divisibilidade da ação penal pública.....	292
TÍTULO 4 • AÇÃO PENAL E AÇÃO CIVIL		6.9. Princípio da indivisibilidade da ação penal de iniciativa privada.....	293
EX DELICTO.....	263	6.10. Princípio da oficialidade.....	294
1. Direito de ação penal.....	263		
2. Características do direito de ação penal.....	264		
3. Lide no processo penal.....	264		
4. Condições da ação penal.....	264		
4.1. Condições genéricas da ação penal.....	266		
4.1.1. À luz da teoria geral do processo.....	266		

6.11. Princípio da autoritariedade	294	14.1. Ação penal nos crimes contra a honra	318
6.12. Princípio da oficiosidade	294	14.1.1. Ação penal no crime imprescritível de injúria racial	319
6.13. Quadro comparativo dos princípios da ação penal.....	294	14.2. Ação penal nos crimes de trânsito de lesão corporal culposa, de embriaguez ao volante e de participação em competição não autorizada.....	320
7. Ação penal pública incondicionada	296	14.3. Ação penal nos crimes de lesão corporal leve e lesão corporal culposa com violência doméstica e familiar contra a mulher	321
8. Ação penal pública condicionada	297	14.4. Ação penal nos crimes ambientais: pessoas jurídicas e dupla imputação	322
8.1. Representação.....	298	14.5. Ação penal nos crimes de estelionato: art. 171, §5º, do Código Penal, incluído pela Lei n. 13.964/19	323
8.1.1. Natureza jurídica da representação.....	298	14.6. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual (Lei nº 13.718/18)	325
8.1.2. Desnecessidade de formalismo	298	14.6.1. Redação original do art. 225 do CP (antes da Lei n. 12.015/09)	326
8.1.3. Destinatário da representação	299	14.6.2. Redação do art. 225 do CP determinada pela Lei n. 12.015/09 (antes da Lei n. 13.718/18).....	328
8.1.4. Legitimidade para o oferecimento da representação	299	14.6.3. Redação do art. 225 do CP determinada pela Lei n. 13.718/18	329
8.1.5. Prazo decadencial para o oferecimento da representação	301	14.6.4. Quadro comparativo da ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	330
8.1.6. Retratação da representação	303	14.6.5. Direito intertemporal.....	330
8.1.6.1. Retratação da retratação da representação.....	303	14.7. Ação penal no crime de invasão de dispositivo informático	332
8.1.6.2. Retratação da representação na Lei Maria da Penha	303	15. Peça acusatória	333
8.1.7. Eficácia objetiva da representação	304	15.1. Denúncia e queixa-crime.....	333
8.1.8. Representação no processo penal militar	305	15.2. Requisitos da peça acusatória	333
8.2. Requisição do Ministro da Justiça.....	305	15.2.1. Imputação criminal.....	334
8.2.1. Requisição no processo penal militar.	306	15.2.1.1. Imputação patrimonial.....	336
9. Ação penal de iniciativa privada.....	306	15.2.2. Qualificação do acusado	337
9.1. Ação penal exclusivamente privada	307	15.2.3. Classificação do crime.....	338
9.2. Ação penal privada personalíssima.....	307	15.2.4. Rol de testemunhas.....	338
9.3. Ação penal privada subsidiária da pública..	308	15.2.5. Endereçamento da peça acusatória... ..	339
9.4. Extinção da punibilidade e ação penal de iniciativa privada	310	15.2.6. Redação em vernáculo.....	339
9.4.1. Decadência	310	15.2.7. Razões de convicção ou presunção da delinquência	340
9.4.2. Renúncia ao direito de queixa	312	15.2.8. Peça acusatória subscrita pelo Ministério Público ou pelo advogado do querelante	340
9.4.3. Perdão do ofendido	313	15.2.9. Procuração da queixa-crime e recolhimento de custas	340
9.4.4. Quadro comparativo entre renúncia e perdão do ofendido	315		
9.4.5. Perempção	315		
9.5. Ação penal privada no processo penal militar	316		
10. Ação penal popular.....	317		
11. Ação penal adesiva.....	317		
12. Ação de prevenção penal	318		
13. Ação penal secundária	318		
14. Ação penal nas várias espécies de crimes.....	318		

15.3. Prazo para o oferecimento da peça acusatória.....	342
16. Questões diversas.....	343
16.1. Denúncia genérica e crimes societários	343
16.1.1. Acusação geral e acusação genérica..	345
16.2. Cumulação de imputações	345
16.3. Imputação implícita.....	345
16.4. Imputação alternativa.....	346
17. Aditamento à denúncia	348
17.1. Espécies de aditamento.....	349
17.1.1. Quanto ao objeto do aditamento: próprio e impróprio.....	349
17.1.2. Quanto à voluntariedade do aditamento: espontâneo e provocado	350
17.2. Interrupção da prescrição.....	350
17.3. Procedimento do aditamento	351
17.4. Aditamento à queixa-crime.....	351
18. Ação civil <i>ex delicto</i>	352
18.1. Noções introdutórias.....	352
18.2. Sistemas atinentes à relação entre a ação civil <i>ex delicto</i> e o processo penal	353
18.3. Efeitos civis da absolvição penal.....	354
18.3.1. Efeitos da absolvição penal no âmbito da ação de improbidade administrativa	358
18.4. Obrigação de indenizar o dano causado pelo delito como efeito genérico da sentença condenatória	360
18.4.1. Quantificação do montante a ser indenizado ao ofendido	362
18.4.2. Natureza do dano cuja indenização mínima pode ser fixada na sentença condenatória	364
TÍTULO 5 • COMPETÊNCIA CRIMINAL.....	367
CAPÍTULO I – PREMISSAS FUNDAMENTAIS E ASPECTOS INTRODUTÓRIOS.....	
1. Jurisdição e competência	367
2. Princípio do juiz natural	368
2.1. Lei processual que altera regras de competência.....	369
2.2. Convocação de Juízes de 1º grau de jurisdição para substituição de Desembargadores	370
3. Espécies de competência.....	372
4. Competência absoluta e relativa	373
4.1. Quanto à natureza do interesse.....	373
4.2. Quanto à arguição da incompetência	374
4.3. Quanto ao reconhecimento da incompetência no juízo <i>ad quem</i>	376
4.4. Quanto às consequências da incompetência absoluta e relativa.....	378
4.5. Quanto à coisa julgada nos casos de incompetência absoluta e relativa	380
4.6. Quadro sinóptico dos regimes jurídicos das regras de incompetência absoluta e relativa	381
5. Fixação da competência criminal	381
6. Competência internacional.....	382
7. Tribunal Penal Internacional.....	383
CAPÍTULO II – COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA	
1. Competência Criminal da Justiça Militar.....	386
1.1. Distinção entre a Justiça Militar da União e a Justiça Militar dos Estados.....	386
1.1.1. Quanto à competência criminal.....	387
1.1.2. Quanto à competência para o processo e julgamento de ações judiciais contra atos disciplinares militares.....	387
1.1.3. Quanto ao acusado.....	388
1.1.4. Quanto ao órgão jurisdicional de 1ª instância	390
1.1.5. Quanto ao órgão jurisdicional de 2ª instância	392
1.1.6. Quadro comparativo entre a Justiça Militar da União e a Justiça Militar Estadual	392
1.2. Crime militar	393
1.2.1. Crime propriamente militar e crime impropriamente militar.....	393
1.2.2. Crime militar de tipificação direta e crime militar de tipificação indireta.....	395
1.2.3. Crimes militares extravagantes (crimes militares por equiparação à legislação penal comum ou crimes militares por extensão): a nova competência da Justiça Militar (Lei n. 13.491/17).....	396
1.2.3.1. Lei n. 13.491/17 e o princípio do juiz natural	399
1.2.3.2. Lei n. 13.491/17 e o direito intertemporal.....	399

1.2.3.3. (In) constitucionalidade da Lei n. 13.491/17.....	401	4.3.7. Crimes contra a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	443
1.3. (In) constitucionalidade e (in) convencionalidade da competência da Justiça Militar da União para o processo e julgamento de civis pela prática de crimes militares definidos em lei (ADPF 289).....	402	4.3.8. Crimes contra sociedades de economia mista, concessionárias (ou permissionárias) de serviço público federal e entidades do “Sistema S”	444
1.4. (In)constitucionalidade da competência da Justiça Militar da União para o processo e julgamento de crimes cometidos por ou contra militares no exercício de atribuições subsidiárias das Forças Armadas (ADI 5.032)	406	4.3.9. Bens, serviços ou interesse da União, das autarquias federais (fundações públicas federais) e das empresas públicas federais.....	445
1.5. Dos crimes militares em tempo de paz.....	407	4.3.10. Crimes previstos no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03)	450
1.5.1. Do conceito de militar para fins de aplicação da lei penal militar.....	407	4.3.11. Crimes contra a Justiça Federal, do Trabalho, Eleitoral, Militar da União e do Distrito Federal	450
1.5.2. Do inciso I do art. 9º do Código Penal Militar	410	4.3.12. Crime praticado contra funcionário público federal.....	451
1.5.3. Do inciso II do art. 9º do Código Penal Militar	411	4.3.13. Crime praticado por funcionário público federal.....	453
1.5.4. Do inciso III do art. 9º do CPM.....	421	4.3.14. Tribunal do Júri Federal	454
1.5.5. Dos crimes dolosos contra a vida praticados por militares contra civis.....	426	4.3.15. Crimes contra o meio ambiente.....	455
1.5.6. Dos crimes militares praticados em tempo de guerra	432	4.3.16. Crimes contra a fé pública	458
2. Competência Criminal da Justiça Eleitoral	432	4.3.17. Juízo Federal da Execução Penal.....	463
3. Competência Criminal da Justiça do Trabalho... ..	435	4.3.18. Contravenções penais	465
4. Competência Criminal da Justiça Federal.....	436	4.3.19. Atos infracionais.....	465
4.1. Considerações iniciais.....	436	4.3.20. Crimes previstos na Lei Antiterrorismo (Lei nº 13.260/16)	466
4.2. Atribuições de polícia investigativa da Polícia Federal	437	4.3.21. Crimes cometidos no estrangeiro	466
4.3. Crimes políticos e infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções penais e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral (CF, Art. 109, inciso IV).....	438	4.4. Crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente (CF, Art. 109, inciso V).....	467
4.3.1. Crimes políticos.....	438	4.4.1. Tráfico internacional de drogas.....	469
4.3.2. Crimes contra a União.....	440	4.4.2. Rol exemplificativo de crimes de competência da Justiça Federal com fundamento no art. 109, inciso V, da Constituição Federal	472
4.3.3. Crimes contra autarquias federais.....	440	4.5. Incidente de Deslocamento de Competência para a Justiça Federal (CF, Art. 109, V-A, c/c Art. 109, § 5º)	475
4.3.4. Crimes contra empresas públicas federais.....	441	4.6. Crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira (CF, Art. 109, VI)	477
4.3.5. Crimes contra fundações públicas federais.....	442	4.6.1. Crimes contra a organização do trabalho	477
4.3.6. Crimes contra entidades de fiscalização profissional.....	443		

4.6.2. Crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira.....	479
4.6.2.1. Varas especializadas para processar e julgar os crimes contra o sistema financeiro nacional e os delitos de lavagem de capitais.....	483
4.7. <i>Habeas corpus</i> , em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição (CF, Art. 109, VII).....	484
4.8. Mandados de segurança contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos Tribunais Federais (CF, Art. 109, VIII).....	485
4.9. Crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar (CF, Art. 109, inciso IX).....	486
4.10. Crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro (CF, Art. 109, X).....	488
4.11. Disputa sobre direitos indígenas (CF, Art. 109, XI).....	488
4.11.1. Genocídio contra índios.....	490
4.12. Conexão entre crimes de competência da Justiça Federal e da Justiça Estadual.....	491
5. Competência Criminal da Justiça Estadual.....	492
6. Justiça Política ou Extraordinária.....	492
CAPÍTULO III – COMPETÊNCIA POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO..... 495	
1. Conceito.....	495
2. Regras básicas.....	496
2.1. (Des) necessidade de autorização judicial prévia do Ministro (ou Desembargador) Relator para fins de deflagração de investigações contra autoridades dotadas de foro por prerrogativa de função.....	496
2.2. Arquivamento de inquérito nas hipóteses de atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça ou do Procurador-Geral da República.....	498
2.3. Duplo grau de jurisdição.....	498
2.4. (Des)necessidade de o crime ser cometido durante o exercício do cargo e relacionado às funções desempenhadas pelo agente e (im) possibilidade de prorrogação da competência do respectivo Tribunal quando cessado o exercício funcional.....	498
2.4.1. Regra da contemporaneidade.....	499
2.4.2. Regra da atualidade.....	500
2.4.3. Regra da atualidade limitada, restrita ou mista.....	502
2.5. Crime cometido após o exercício funcional.....	505
2.6. Dicotomia entre crime comum e crime de responsabilidade.....	505
2.7. Local da infração.....	507
2.8. Crime doloso contra a vida.....	507
2.9. Hipóteses de concurso de agentes.....	508
2.10. Constituições Estaduais e princípio da simetria.....	510
2.11. Exceção da verdade.....	512
2.12. Atribuições dos membros do Ministério Público perante os Tribunais Superiores.....	514
2.13. Procedimento originário dos Tribunais....	514
3. Casuística.....	515
3.1. Quanto à competência dos Tribunais.....	515
3.1.1. Supremo Tribunal Federal.....	515
3.1.2. Superior Tribunal de Justiça.....	516
3.1.3. Tribunal Superior Eleitoral.....	517
3.1.4. Superior Tribunal Militar.....	517
3.1.5. Tribunais Regionais Federais.....	517
3.1.6. Tribunais Regionais Eleitorais.....	518
3.1.7. Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.....	518
3.1.8. Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo.....	519
3.1.9. Senado Federal.....	519
3.1.10. Tribunal Especial.....	519
3.1.11. Câmara Municipal.....	519
3.2. Quanto aos titulares de foro por prerrogativa de função.....	519
3.2.1. Presidente da República.....	519
3.2.2. Deputados federais e Senadores.....	520
3.2.3. Ministros de Estado.....	521
3.2.4. Membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público.....	522
3.2.5. Governador de Estado.....	522
3.2.6. Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e membros dos Tribunais Regionais Federais.....	524

3.2.7. Membros do Ministério Público Estadual e Juízes Estaduais	524
3.2.8. Membros do Ministério Público da União	525
3.2.9. Deputados Estaduais	526
3.2.10. Prefeitos municipais	527
3.2.11. Vereadores	528
4. Quadro sinóptico de competência por prerrogativa de função	529

CAPÍTULO IV – COMPETÊNCIA

TERRITORIAL	530
1. Introdução	530
2. Competência territorial pelo lugar da consumação da infração	531
3. Casuística	532
3.1. Quanto às espécies de infração penal	532
3.2. Quanto aos crimes em espécie	536
3.2.1. Competência territorial para o processo e julgamento dos crimes de estelionato (Lei n. 14.155, de 27 de maio de 2021)	539
4. Competência territorial pela residência ou domicílio do réu	542
5. Competência territorial na Justiça Federal, na Justiça Militar (da União e dos Estados) e na Justiça Eleitoral	543

CAPÍTULO V – COMPETÊNCIA DE JUÍZO

1. Determinação do juízo competente	544
2. Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	545
3. Juízo colegiado em primeiro grau de jurisdição para o julgamento de crimes praticados por organizações criminosas	548
3.1. Conceito legal de organizações criminosas	548
3.2. Formação do juízo colegiado em primeiro grau	551
3.3. Varas criminais colegiadas para o julgamento de crimes de pertinência a organizações criminosas armadas ou que tenham armas à disposição, do crime do art. 288-A do Código Penal, e das infrações penais conexas aos referidos delitos (Lei n. 12.694/12, art. 1º-A, incluído pela Lei n. 13.964/19)	555
4. Competência do Juízo da Execução Penal	555
4.1. Execução da pena de multa	558
5. Competência por distribuição	559
6. Competência por prevenção	560

CAPÍTULO VI – MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA

1. Conexão e continência	563
1.1. Introdução	563
1.2. Conexão	564
1.3. Continência	566
1.4. Efeitos da conexão e da continência	566
1.5. Foro prevalente	568
1.5.1. Competência prevalente do Tribunal do Júri	568
1.5.2. Jurisdições distintas	568
1.5.2.1. Concurso entre a jurisdição comum e a especial	568
1.5.2.2. Concurso entre órgãos de jurisdição superior e inferior	569
1.5.2.3. Concurso entre a Justiça Federal e a Estadual	569
1.5.3. Jurisdições da mesma categoria	569
1.6. Separação de processos	570
1.6.1. Separação obrigatória dos processos	570
1.6.1.1. Concurso entre a jurisdição comum e a militar	570
1.6.1.2. Concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores	570
1.6.1.3. Doença mental superveniente à prática delituosa	571
1.6.1.4. Citação por edital de um dos corréus, seguida de seu não-comparecimento e não-constituição de defensor	571
1.6.1.5. Antiga hipótese de ausência de intimação da pronúncia ou de não-comparecimento do acusado à sessão de julgamento do júri, em se tratando de crime inafiançável	571
1.6.1.6. Recusas peremptórias no júri ...	572
1.6.1.7. Suspensão do processo em relação ao colaborador	572
1.6.2. Separação facultativa de processos	572
1.6.2.1. Infrações praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes	573
1.6.2.2. Excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória	574

1.6.2.3. Motivo relevante pelo qual o juiz reputa conveniente a separação.....	574	2.4.1. Ônus da prova da acusação e da defesa	595
1.7. Perpetuação da competência nas hipóteses de conexão e continência.....	574	2.4.2. Ônus da prova exclusivo da acusação	597
2. Prorrogação de competência.....	576	2.5. Inversão do ônus da prova	598
3. Perpetuação de competência.....	576	2.5.1. Confisco alargado e (im) possibilidade de inversão do ônus da prova	598
TÍTULO 6 • PROVAS	579	3. Iniciativa probatória do juiz: a gestão da prova pelo magistrado	601
CAPÍTULO I – TEORIA GERAL DAS PROVAS	579	4. Sistemas de avaliação da prova	601
1. Terminologia da prova	579	4.1. Sistema da íntima convicção do magistrado.....	601
1.1. Aceções da palavra prova	579	4.2. Sistema da prova tarifada.....	602
1.2. Distinção entre prova e elementos informativos.....	580	4.3. Sistema do convencimento motivado (persuasão racional do juiz).....	603
1.3. Provas cautelares, não repetíveis e antecipadas	580	5. Da prova ilegal.....	604
1.4. Destinatários da prova	581	5.1. Limitações ao direito à prova.....	604
1.5. Elemento de prova e resultado da prova	581	5.1.1. Provas ilícitas e ilegítimas	605
1.6. Finalidade da prova	582	5.1.2. Tratamento da (in) admissibilidade das provas ilícitas e ilegítimas	607
1.7. Sujeitos da prova.....	582	5.2. Prova ilícita por derivação (teoria dos frutos da árvore envenenada ou ilicitude por reverberação)	609
1.8. Forma da prova	582	5.3. Limitações à prova ilícita por derivação.....	611
1.9. Fonte de prova, meios de prova e meios de obtenção de prova.....	582	5.3.1. Da teoria da fonte independente.....	611
1.9.1. Meios extraordinários de obtenção de prova (técnicas especiais de investigação).....	584	5.3.2. Teoria da descoberta inevitável	612
1.10. Prova direta e prova indireta.....	584	5.3.3. Limitação da mancha purgada (vícios sanados ou tinta diluída)	613
1.11. Indício: prova indireta ou prova semi-plena.....	584	5.3.4. Exceção da boa-fé.....	614
1.12. Suspeita	586	5.3.5. A teoria do risco	615
1.13. Objeto da prova.....	586	5.3.6. Limitação da destruição da mentira do imputado	616
1.14. Prova direta (positiva) e contrária (negativa); a contraprova	588	5.3.7. Doutrina da visão aberta.....	616
1.15. Prova emprestada.....	588	5.3.7.1. Teoria do encontro fortuito de provas (serendipidade) e crime achado	617
1.16. Prova nominada e prova inominada.....	591	5.3.8. Limitação da renúncia do interessado	619
1.17. Prova típica e prova atípica	591	5.3.9. A limitação da infração constitucional alheia	619
1.18. Prova anômala e prova irritual	592	5.3.10. A limitação da infração constitucional por pessoas que não fazem parte do órgão policial	619
1.19. Critérios de decisão (standards probatórios)	593	5.4. Inutilização da prova ilícita	620
2. Ônus da prova	593	5.4.1. Inutilização da prova ilícita no Tribunal do Júri.....	622
2.1. Conceito	593		
2.2. Ônus da prova perfeito e menos perfeito	594		
2.3. Ônus da prova objetivo e subjetivo	594		
2.4. Distribuição do ônus da prova no processo penal.....	595		

5.5. Descontaminação do julgado (ou desentranhamento do juiz).....	622	1.2.3.2. Sistemas de apreciação dos laudos periciais.....	643
6. Princípios relativos à prova penal.....	623	1.2.3.3. Laudo pericial e contraditório ..	643
6.1. Princípio da proporcionalidade.....	623	1.2.4. Obrigatoriedade do exame de corpo de delito: infrações transeuntes e não transeuntes	643
6.1.1. Princípio da proporcionalidade e prova ilícita pro reo	624	1.2.5. Exame de corpo de delito direto e indireto	644
6.1.2. Princípio da proporcionalidade e prova ilícita pro societate.....	624	1.2.5.1. Casuística.....	645
6.2. Princípio da comunhão da prova	626	1.2.6. Ausência do exame de corpo de delito	647
6.3. Princípio da autorresponsabilidade das partes.....	626	1.2.7. Peritos: oficiais e não oficiais	648
6.4. Princípio da oralidade.....	626	1.2.7.1. Número de peritos.....	649
6.4.1. Princípio da identidade física do juiz.....	627	1.2.8. Assistente técnico	650
6.4.1.1. Magistrados instrutores e princípio da identidade física do juiz.....	629	1.2.9. Autópsia e exumação para exame cadavérico	651
6.5. Princípio da liberdade probatória	630	1.2.10. Laudo pericial complementar no crime de lesões corporais.....	651
6.5.1. Liberdade probatória quanto ao momento da prova	630	1.2.11. Exame pericial de local de crime	651
6.5.2. Liberdade probatória quanto ao tema da prova	630	1.2.12. Perícias de laboratório	652
6.5.3. Liberdade probatória quanto aos meios de prova	630	1.2.13. Exame pericial para avaliação do prejuízo causado pelo delito.....	652
6.6. Princípio do favor rei	631	1.2.14. Exame pericial nos casos de incêndio	652
CAPÍTULO II – MEIOS DE PROVA E MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA EM ESPÉCIE.....	632	1.2.15. Exame pericial para reconhecimento de escritos.....	652
1. Do exame de corpo de delito, da cadeia de custódia e das perícias em geral.....	632	1.2.16. Exame pericial dos instrumentos do crime	652
1.1. Cadeia de custódia.....	632	1.2.17. Exame pericial por meio de carta precatória	652
1.1.1. Etapas do rastreamento do vestígio na cadeia de custódia	636	2. Interrogatório judicial	653
1.1.2. Coleta dos vestígios.....	638	2.1. Conceito	653
1.1.3. Recipientes para acondicionamento de vestígios.....	639	2.2. Natureza jurídica.....	653
1.1.4. Centrais de custódia.....	639	2.3. Momento procedimental adequado para a realização do interrogatório	654
1.1.5. Destinação do material após a realização da perícia.....	640	2.4. Condução coercitiva.....	656
1.2. Do exame de corpo de delito e das perícias em geral	640	2.5. Foro competente para a realização do interrogatório	656
1.2.1. Do corpo de delito.....	640	2.6. Ausência do interrogatório.....	656
1.2.2. Exame de corpo de delito e outras perícias.....	640	2.7. Características do interrogatório	657
1.2.3. Laudo pericial	642	2.7.1. Ato personalíssimo.....	657
1.2.3.1. Momento para a juntada do laudo pericial.....	642	2.7.2. Ato contraditório	657
		2.7.3. Ato assistido tecnicamente.....	658
		2.7.4. Ato oral	658
		2.7.5. Ato individual	658

2.7.6. Ato bifásico.....	659	5.3.4. Dever de comunicar mudança de residência	677
2.7.7. Ato protegido pelo direito ao silêncio	659	5.4. Espécies de testemunhas.....	677
2.7.8. Liberdade de autodeterminação.....	660	5.4.1. Testemunhas vulneráveis e depoi- mento sem dano (depoimento especial).....	678
2.7.9. Ato público	661	5.4.2. Depoimento policial.....	679
2.7.10. Ato realizável a qualquer momento, antes do trânsito em julgado	661	5.5. Procedimento para a oitiva de testemu- nhas	680
2.8. Local da realização do interrogatório	661	5.5.1. Apresentação do rol de testemunhas..	680
2.9. Nomeação de curador	662	5.5.2. Intimação das testemunhas.....	680
2.10. Interrogatório por videoconferência.....	663	5.5.3. Substituição de testemunhas.....	681
2.10.1. Breve histórico da Lei nº 11.900/09: a Lei paulista nº 11.819/05.....	663	5.5.4. Desistência da oitiva de testemunhas .	681
2.10.2. A entrada em vigor da Lei nº 11.900/09	664	5.5.5. Incomunicabilidade das testemunhas	681
2.10.3. Finalidades do uso da videoconfe- rência	665	5.5.6. Retirada do acusado da sala de au- diência	682
2.10.4. Intimação das partes da realização da videoconferência.....	665	5.5.7. Assunção do compromisso de dizer a verdade	683
2.10.5. Direito de presença remota do acu- sado aos demais atos da audiência una de instrução e julgamento.....	666	5.5.8. Qualificação da testemunha.....	683
2.10.6. Direito de entrevista prévia e reser- vada com o defensor.....	666	5.5.9. Contradita e arguição de parcialida- de da testemunha	683
2.10.7. Da (in) constitucionalidade do in- terrogatório por videoconferência.....	666	5.5.10. Colheita do depoimento: exame di- reto (<i>direct-examination</i>) e exame cruzado (<i>cross-examination</i>).....	683
3. Confissão	667	5.5.11. Inversão da ordem de oitiva das testemunhas	686
3.1. Conceito	667	5.6. Direito ao confronto e produção de prova testemunhal incriminadora	686
3.2. Classificação da confissão.....	668	5.6.1. Testemunhas anônimas e direito ao confronto.....	688
3.3. Características da confissão	668	5.6.2. Testemunhas ausentes e direito ao confronto.....	690
3.4. Valor probatório da confissão	668	6. Reconhecimento de pessoas e coisas.....	691
3.5. Circunstância atenuante da confissão.....	669	6.1. Conceito e natureza jurídica	691
4. Declarações do ofendido.....	670	6.2. Procedimento e consequências decorren- tes da atipicidade procedimental	691
4.1. Dever processual de tutela da integrida- de física e psicológica da vítima (e das teste- munhas) pelas partes e pelos demais sujeitos processuais (Lei Mariana Ferrer)	671	6.3. Reconhecimento fotográfico e fonográfico.	694
5. Prova testemunhal.....	671	7. Acareação	695
5.1. Conceito de testemunha e sua natureza jurídica.....	671	7.1. Conceito e natureza jurídica	695
5.2. Características da prova testemunhal	671	7.2. Procedimento probatório	695
5.3. Deveres das testemunhas	672	7.3. Valor probatório.....	696
5.3.1. Dever de depor	672	8. Prova documental	696
5.3.2. Dever de comparecimento	674	8.1. Conceito e espécies.....	696
5.3.3. Dever de prestar o compromisso de dizer a verdade	676	8.2. Produção da prova documental.....	697
		8.3. Tradução de documentos em língua es- trangeira	698

8.4. Restituição de documentos	699		
9. Indícios	699		
10. Busca e apreensão	699		
10.1. Conceito e natureza jurídica	699		
10.2. Iniciativa e decretação.....	699		
10.3. Objeto.....	701		
10.4. Espécies de busca.....	702		
10.4.1. Busca domiciliar	702		
10.4.1.1. Conceito de dia.....	702		
10.4.1.2. Conceito de casa.....	704		
10.4.1.3. Flagrante delito e violação do domicílio independentemente de prévia autorização judicial.....	707		
10.4.1.4. Consentimento do morador...	712		
10.4.1.5. Mandado de busca e apreensão	716		
10.4.1.6. Execução da busca domiciliar	717		
10.4.1.7. Descoberta de outros elementos probatórios e teoria do encontro fortuito de provas.....	719		
10.4.2. Busca pessoal	719		
10.4.2.1. Revista íntima em presídios....	722		
11. Intercepção telefônica e captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos.....	724		
11.1. Intercepção telefônica	724		
11.1.1. Sigilo da correspondência, das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas.....	724		
11.1.2. Direito intertemporal e Lei nº 9.296/96.....	725		
11.1.3. Conceito de intercepção.....	726		
11.1.4. Gravações clandestinas (telefônicas e ambientais).....	729		
11.1.5. Comunicações telefônicas de qualquer natureza	729		
11.1.5.1. Gerações de provas (trilogia Olmstead-Katz-Kyllo) e (des) necessidade de autorização judicial para a extração de dados e de conversas registradas em aparelhos celulares apreendidos.....	732		
11.1.5.1.1. Direito probatório de 1ª geração: o caso Olmstead.....	732		
11.1.5.1.2. Direito probatório de 2ª geração: o caso Katz.....	732		
11.1.5.1.3. Direito probatório de 3ª geração: o caso Kyllo.....	733		
11.1.5.1.4. (Des) necessidade de autorização judicial prévia para a extração de dados e de conversas registradas em aparelhos celulares apreendidos	733		
11.1.6. Quebra do sigilo de dados telefônicos	738		
11.1.7. Finalidade da intercepção telefônica: obtenção de elementos probatórios em investigação criminal ou instrução processual penal.....	739		
11.1.8. Requisitos para a intercepção telefônica	740		
11.1.8.1. Ordem fundamentada da autoridade judiciária competente (teoria do juízo aparente)	741		
11.1.8.1.1. Da fundamentação da decisão	743		
11.1.8.2. Indícios razoáveis de autoria ou participação.....	744		
11.1.8.3. Quando a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis	745		
11.1.8.4. Infração penal punida com pena de reclusão (crime de catálogo)...	746		
11.1.8.5. Delimitação da situação objeto da investigação e do sujeito passivo da intercepção	747		
11.1.9. Sigilo profissional do advogado	747		
11.1.10. Encontro fortuito de elementos probatórios em relação a outros fatos delituosos (serendipidade).....	748		
11.1.10.1. Encontro fortuito de diálogos mantidos com autoridade dotada de foro por prerrogativa de função e momento adequado para a remessa dos autos ao Tribunal competente.....	750		
11.1.11. Procedimento.....	751		
11.1.12. Decretação da intercepção telefônica de ofício pelo juiz.....	752		
11.1.13. Segredo de justiça.....	752		
11.1.14. Duração da intercepção	753		

11.1.15. Execução da interceptação telefônica.....	754	13.6.1. Lei de proteção às testemunhas (Lei nº 9.807/99).....	785
11.1.16. Incidente de inutilização da gravação que não interessar à prova.....	758	13.6.2. Nova Lei das Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/13).....	786
11.1.17. Resolução nº 59 do Conselho Nacional de Justiça.....	758	13.7. Voluntariedade e motivação da colaboração.....	788
11.1.18. Caso Escher e outros (Corte Interamericana de Direitos Humanos).....	758	13.7.1. (Im) possibilidade de celebração de acordo de colaboração premiada com investigados (ou acusados) presos.....	789
11.2. Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos	759	13.8. Eficácia objetiva da colaboração premiada.....	790
11.2.1. Noções introdutórias	759	13.9. Prêmios legais.....	791
11.2.2. Captação ambiental.....	759	13.9.1. (Im) possibilidade de sanções premiais extralegais.....	797
11.2.3. (I)licitude da captação ambiental e (des)necessidade de prévia autorização judicial.....	761	13.10. Sobrestamento do prazo para oferecimento da denúncia ou suspensão do processo, com a consequente suspensão da prescrição	798
11.2.4. Procedimento e requisitos para a captação ambiental	764	13.11. Valor probatório da colaboração premiada: regra da corroboração	798
11.2.5. Local e forma de instalação dos meios eletrônicos de produção de provas	765	13.12. Observância do contraditório e da ampla defesa	800
11.2.5.1. (Im) possibilidade de instalação do dispositivo de captação ambiental na casa do investigado	766	13.12.1. A implicação do acordo na ordem de manifestação dos acusados.....	802
11.2.6. Prazo de duração da captação ambiental	767	13.13. Acordo de colaboração premiada.....	803
11.2.7. Gravações clandestinas (telefônicas e ambientais) e (im) possibilidade de utilização exclusivamente em favor da defesa quando demonstrada a integridade da gravação	767	13.13.1. Proposta para formalização de acordo de colaboração premiada (<i>proffer session ou queen for a day</i>).....	804
11.2.8. Aplicação subsidiária à captação ambiental das regras atinentes à interceptação das comunicações telefônicas	771	13.13.2. Conteúdo do acordo de colaboração premiada	807
12. Quebra do sigilo de dados bancários, financeiros e fiscais.....	771	13.13.3. Legitimidade para a celebração do acordo de colaboração premiada.....	808
13. Colaboração premiada	777	13.13.4. Retratação do acordo.....	810
13.1. Origem e conceito	777	13.13.5. Distinção entre retratação, rescisão e anulação do acordo de colaboração premiada	811
13.2. Natureza jurídica da colaboração premiada	778	13.13.6. Intervenção do juiz	812
13.3. Distinção entre colaboração premiada e delação premiada (chamamento de corrêu).....	779	13.13.7. Momento para a celebração do acordo de colaboração premiada.....	817
13.4. Ética, moral e dever de sigilo	780	13.13.8. Publicidade do acordo de colaboração premiada.....	818
13.4.1. (Im) possibilidade de o advogado efetuar colaboração premiada contra quem seja ou tenha sido seu cliente	780	14. Ação controlada	819
13.5. Direito ao silêncio.....	781	14.1. Conceito e previsão legal.....	819
13.6. Previsão normativa.....	782	14.2. (Des) necessidade de prévia autorização judicial	820
		14.3. Flagrante prorrogado, retardado ou diferido.....	822
		14.4. Entrega vigiada.....	823

15. Infiltração de agentes.....	823	5.3. Legitimidade para o requerimento de decretação de medida cautelar	853
15.1. Conceito e previsão normativa.....	823	5.4. Contraditório prévio à decretação das medidas cautelares	855
15.2. Atribuição para a infiltração: agentes de polícia.....	825	5.5. Descumprimento injustificado das obrigações inerentes às medidas cautelares.....	856
15.2.1. (Im)possibilidade de infiltração de particulares	825	5.6. Revogabilidade e/ou substitutividade das medidas cautelares	859
15.3. Requisitos para a infiltração.....	826	5.7. Recursos cabíveis	861
15.4. Duração da infiltração	827	5.7.1. Em favor da acusação	861
15.5. Agente infiltrado, agente provocador (<i>entrapment doctrine</i> ou teoria da armadilha) e agente de inteligência.....	828	5.7.2. Em favor do acusado.....	861
15.6. Sustação da operação	830	5.8. Duração e extinção das medidas cautelares de natureza pessoal	862
15.7. Responsabilidade criminal do agente infiltrado	830	5.9. Detração	862
15.8. Infiltração virtual	831	CAPÍTULO II – PRISÃO	865
16. Agente policial disfarçado.....	832	1. Conceito de prisão e seu fundamento constitucional.....	865
TÍTULO 7 • MEDIDAS CAUTELARES DE NATUREZA PESSOAL.....	835	2. Espécies de prisão	865
CAPÍTULO I – DAS PREMISSAS FUNDAMENTAIS E ASPECTOS INTRODUTÓRIOS.....	835	3. Prisão Extrapenal.....	866
1. A tutela cautelar no processo penal.....	835	3.1. Prisão civil.....	866
1.1. Lei nº 12.403/11 e o fim da bipolaridade das medidas cautelares de natureza pessoal previstas no Código de Processo Penal.....	836	3.1.1. Prisão civil do devedor de alimentos e do depositário infiel.....	866
2. Princípios aplicáveis às medidas cautelares de natureza pessoal.....	838	3.1.2. Prisão do falido.....	867
2.1. Da Presunção de inocência (ou da não culpabilidade)	838	3.2. Prisão administrativa	868
2.2. Da jurisdicionalidade (princípio tácito ou implícito da individualização da prisão e não somente da pena)	838	3.2.1. Prisão do estrangeiro para fins de extradição, expulsão e deportação.....	869
2.2.1. Da vedação da prisão cautelar <i>ex lege</i>	841	3.3. Prisão militar	870
2.3. Da proporcionalidade	842	3.3.1. Da prisão militar em virtude de transgressão disciplinar.....	870
3. Pressupostos das medidas cautelares: <i>fumus comissi delicti</i> e <i>periculum libertatis</i>	845	3.3.2. Da prisão militar em virtude de crime propriamente militar.....	872
4. Características das medidas cautelares	848	4. Prisão penal (<i>carcer ad poenam</i>)	874
5. Procedimento para a aplicação das medidas cautelares de natureza pessoal	849	5. Prisão Cautelar (<i>carcer ad custodiam</i>).....	874
5.1. Aplicação isolada ou cumulativa das medidas cautelares.....	849	6. Momento da prisão.....	876
5.2. Vedação à decretação de medidas cautelares pelo juiz de ofício na fase investigatória e na fase processual.....	850	6.1. Inviolabilidade do domicílio	876
		6.2. Conceito de dia	876
		6.3. Cláusula de reserva de jurisdição	876
		6.4. Momento da prisão e Código Eleitoral	876
		7. Imunidades prisionais	877
		7.1. Presidente da República e Governadores de Estado	877
		7.2. Imunidade diplomática.....	878
		7.3. Senadores, deputados federais, estaduais ou distritais	879

7.3.1. (Im) possibilidade de prisão em flagrante de parlamentares federais, estaduais ou distritais	879	7. Do direito do preso à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.....	907
7.3.2. (Im) possibilidade de decretação da prisão preventiva (ou temporária) de parlamentares federais, estaduais ou distritais	881	8. Do relaxamento da prisão ilegal	908
7.4. Magistrados e membros do Ministério Público	882	9. Audiência de custódia (ou de apresentação).....	910
7.5. Advogados	883	9.1. Conceito	910
7.6. Menores de 18 anos	883	9.2. Previsão normativa	911
8. Prisão e emprego de força	884	9.3. Presidência da audiência de custódia	912
8.1. Instrumentos de menor potencial ofensivo (ou não letais)	884	9.4. Prazo	913
9. Mandado de prisão	885	9.5. Procedimento adequado	914
9.1. Cumprimento do mandado de prisão	887	9.6. (Im) possibilidade de utilização da videoconferência	915
9.2. Difusão vermelha (<i>red notice</i>)	891	9.7. (Im) possibilidade de conversão da prisão em flagrante em preventiva (ou temporária) de ofício pelo juiz	917
9.2.1. Difusão vermelha a ser executada no exterior	892	9.8. (Im) possibilidade de conversão da audiência de custódia em audiência una de instrução e julgamento	919
9.2.2. Difusão vermelha a ser cumprida no Brasil	892	9.9. Liberdade provisória sem fiança nas hipóteses de discriminantes	920
10. Prisão Especial e separação de presos provisórios	893	9.10. Liberdade provisória proibida (CPP, art. 310, §2º, incluído pela Lei n. 13.964/19).....	920
10.1. Prisão de Índios	895	9.11. Consequências decorrentes da não realização da audiência de custódia.....	920
11. Sala de Estado-Maior.....	896	9.12. Tipificação do crime de abuso de autoridade (Lei n. 13.869/19).....	922
CAPÍTULO III – DOS DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E CONVENCIONAIS ATINENTES À TUTELA DA LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO		CAPÍTULO IV – DA PRISÃO EM FLAGRANTE	
1. Da observância dos direitos fundamentais no Estado de Direito.....	897	1. Conceito de prisão em flagrante	923
2. Do respeito à integridade física e moral do preso	898	2. Funções da prisão em flagrante	924
2.1. Respeito à integridade moral do preso e sua indevida exposição à mídia (<i>“Perp Walk”</i>)..	899	3. Fases da prisão em flagrante.....	924
2.2. Respeito à integridade física e moral do preso e uso de algemas	901	4. Natureza jurídica da prisão em flagrante delito ..	925
2.2.1. Vedação ao uso de algemas em mulheres grávidas durante o parto e em mulheres durante a fase de puerpério imediato	903	5. Sujeito ativo da prisão em flagrante	927
2.3. Caso Damião Ximenes Lopes	903	5.1. Flagrante facultativo	927
3. Da comunicação imediata da prisão ao juiz competente e ao Ministério Público	903	5.2. Flagrante obrigatório, compulsório ou coercitivo	927
4. Da comunicação imediata da prisão à família do preso ou à pessoa por ele indicada.....	905	6. Sujeito passivo do flagrante	928
5. Do direito ao silêncio (<i>nemo tenetur se detegere</i>)....	906	7. Espécies de flagrante.....	928
6. Da assistência de advogado ao preso	906	7.1. Flagrante próprio, perfeito, real ou verdadeiro	928
		7.2. Flagrante impróprio, imperfeito, irreal ou quase-flagrante	929
		7.3. Flagrante presumido, ficto ou assimilado ...	930

7.4. Flagrante preparado, provocado, crime de ensaio, delito de experiência ou delito putativo por obra do agente provocador.....	930	11.1. Relaxamento da prisão em flagrante ilegal.....	943
7.5. Flagrante esperado.....	931	11.2. Conversão da prisão em flagrante em preventiva (ou temporária).....	944
7.5.1. Venda simulada de droga ou outros objetos ilícitos (v.g., armas de fogo).....	932	11.3. Concessão de liberdade provisória, com ou sem fiança, cumulada (ou não) com as medidas cautelares diversas da prisão.....	946
7.6. Flagrante prorrogado, protelado, retardado ou diferido: ação controlada e entrega vigiada.....	933	CAPÍTULO V – DA PRISÃO PREVENTIVA.....	947
7.7. Flagrante forjado, fabricado, maquinado ou urdido.....	933	1. Conceito de prisão preventiva.....	947
8. Prisão em flagrante nas várias espécies de crimes.....	933	2. Decretação da prisão preventiva durante a fase preliminar de investigações.....	948
8.1. Prisão em flagrante em crime permanente.....	933	3. Decretação da prisão preventiva durante o curso do processo criminal.....	949
8.2. Prisão em flagrante em crime habitual.....	934	3.1. Concessão antecipada de benefícios prisionais ao preso cautelar.....	950
8.3. Prisão em flagrante em crime de ação penal privada e em crime de ação penal pública condicionada.....	935	4. Iniciativa para a decretação da prisão preventiva.....	951
8.4. Prisão em flagrante em crimes formais.....	935	4.1. (Im)possibilidade de decretação da prisão preventiva pelo juiz de ofício na fase investigatória e no curso do processo penal.....	951
8.5. Prisão em flagrante em crime continuado (flagrante fracionado).....	936	4.2. Legitimidade para o requerimento de decretação da prisão preventiva.....	951
9. Flagrante e apresentação espontânea do agente ..	936	5. Pressupostos.....	951
10. Lavratura do auto de prisão em flagrante delito.....	936	5.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	952
10.1. Autoridade com atribuições para a lavratura do auto de prisão em flagrante	937	5.2. Perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado: princípio da atualidade (ou contemporaneidade) do <i>periculum libertatis</i>	952
10.2. Condutor e testemunhas.....	938	5.2.1. Garantia da ordem pública	954
10.3. Interrogatório do preso.....	939	5.2.2. Garantia da ordem econômica	958
10.4. Fracionamento do auto de prisão em flagrante delito.....	940	5.2.3. Garantia de aplicação da lei penal	959
10.5. Prazo para a lavratura do auto de prisão em flagrante delito	940	5.2.3.1. Prisão de estrangeiros e garantia de aplicação da lei penal	960
10.6. Relaxamento da prisão em flagrante pela autoridade policial (auto de prisão em flagrante negativo).....	940	5.2.4. Conveniência da instrução criminal...	961
10.7. Recolhimento à prisão	941	5.2.5. Descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares	962
10.8. Remessa do auto à autoridade competente.....	941	6. Hipóteses de admissibilidade da prisão preventiva.....	962
10.9. Remessa do auto de prisão em flagrante delito à autoridade judiciária.....	942	6.1. Crimes dolosos punidos com pena máxima superior a 4 (quatro) anos.....	962
10.10. Remessa do auto de prisão em flagrante à Defensoria Pública, se o autuado não informar o nome de seu advogado.....	942	6.2. Investigado ou acusado condenado por outro crime doloso em sentença transitada em julgado, ressalvado o disposto no art. 64, inciso I, do Código Penal.....	963
10.11. Nota de culpa	942	6.3. Quando o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança,	
11. Convalidação judicial da prisão em flagrante....	942		

adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência	964	11.2. Consequências decorrentes da inobservância do prazo nonagesimal	985
6.4. Dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou não fornecimento de elementos suficientes para seu esclarecimento	966	12. Apresentação espontânea do acusado.....	986
7. Prisão preventiva e excludentes de ilicitude e de culpabilidade.....	967	13. Prisão preventiva no Código de Processo Penal Militar	986
8. Duração da prisão preventiva e excesso de prazo na formação da culpa	968	CAPÍTULO VI – DA PRISÃO TEMPORÁRIA...	988
8.1. Noções introdutórias.....	968	1. Origem.....	988
8.2. Leis 11.689/08 e 11.719/08 e novo prazo para a conclusão do processo quando o acusado estiver preso	969	2. Conceito de prisão temporária.....	989
8.3. Natureza do prazo para o encerramento do processo e princípio da proporcionalidade ..	972	3. Requisitos	989
8.4. Hipóteses que autorizam o reconhecimento do excesso de prazo.....	972	3.1. Da imprescindibilidade da prisão temporária para as investigações	992
8.5. Excesso de prazo provocado pela defesa	973	3.2. Ausência de residência fixa e não fornecimento de elementos necessários ao esclarecimento da identidade do indiciado.....	993
8.6. Excesso de prazo após a pronúncia ou o encerramento da instrução criminal: mitigação das súmulas 21 e 52 do STJ	974	3.3. Fundadas razões de autoria ou participação do indiciado nos crimes listados no inciso III do art. 1º da Lei nº 7.960/89 e no art. 2º, § 4º, da Lei nº 8.072/90.....	993
8.7. Excesso de prazo e aceleração do julgamento	975	4. procedimento.....	998
8.8. Relaxamento da prisão por excesso de prazo e decretação de nova prisão.....	975	5. Prazo	1000
8.9. Excesso de prazo e efeito extensivo.....	976	6. Direitos e garantias do preso temporário	1001
8.10. Relaxamento da prisão preventiva e liberdade plena.....	976	CAPÍTULO VII – DAS PRISÕES DECORRENTES DE PRONÚNCIA E DE SENTENÇA CONDENATÓRIA RECORRÍVEL.	1001
8.11. Relaxamento da prisão e natureza da infração penal.....	976	1. Análise histórica das prisões decorrentes de pronúncia e de sentença condenatória recorrível....	1001
8.12. Excesso de prazo e investigado ou acusado solto.....	977	CAPÍTULO VIII – DA PRISÃO DOMICILIAR..	1005
9. Fundamentação da decisão que decreta a prisão preventiva	977	1. Da prisão domiciliar	1005
9.1. Rol exemplificativo de decisões não-fundamentadas (CPP, art. 315, §2º, incluído pela Lei n. 13.964/19).....	979	1.1. Hipóteses de admissibilidade e ônus da prova	1007
9.2. Fundamentação per relationem (ou aliunde).....	982	1.2. Fiscalização da prisão domiciliar	1013
10. Revogação da prisão preventiva.....	982	1.3. Saídas controladas.....	1013
11. Obrigatoriedade de revisão periódica da necessidade da manutenção da prisão preventiva a cada 90 (noventa) dias	982	1.4. Utilização da prisão domiciliar como medida cautelar diversa da prisão preventiva	1014
11.1. Juízo obrigado a revisar a necessidade de manutenção da prisão preventiva a cada 90 (noventa) dias.....	984	1.5. Detração	1014
		CAPÍTULO IX – MEDIDAS CAUTELARES DE NATUREZA PESSOAL DIVERSAS DA PRISÃO	1014
		1. Da ampliação do rol de medidas cautelares de natureza pessoal previstas no Código de Processo Penal.....	1014
		2. Comparecimento periódico em juízo	1015
		3. Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares.....	1017

4. Proibição de manter contato com pessoa determinada	1018
5. Proibição de ausentar-se da Comarca ou do País....	1019
6. Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos.....	1019
7. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira .	1020
8. Internação provisória.....	1024
9. Fiança.....	1027
10. Monitoração eletrônica	1027
11. Condução coercitiva.....	1030
12. Medidas cautelares de natureza pessoal diversas da prisão previstas na legislação especial	1033
13. Poder geral de cautela no processo penal.....	1035

CAPÍTULO X – DA LIBERDADE

PROVISÓRIA.....	1038
1. Conceito	1038
2. Distinção entre relaxamento da prisão, liberdade provisória e revogação da prisão cautelar.....	1040
2.1. Quadro comparativo entre relaxamento da prisão, revogação da prisão cautelar e liberdade provisória	1041
3. Espécies de liberdade provisória.....	1042
4. Liberdade provisória sem fiança.....	1042
4.1. Revogada liberdade provisória sem fiança nas hipóteses em que o conduzido livrava-se solto.....	1042
4.2. Liberdade provisória sem fiança nas hipóteses de discriminantes	1042
4.3. Revogada liberdade provisória sem fiança pela inexistência de hipótese que autorizasse a prisão preventiva (antiga redação do art. 310, parágrafo único).....	1044
4.4. Liberdade provisória sem fiança por motivo de pobreza	1045
5. Liberdade provisória com fiança	1046
5.1. Conceito e natureza jurídica da fiança	1046
5.2. Momento para a concessão da fiança	1047
5.3. Concessão de fiança pela autoridade policial.....	1047
5.4. Valor da fiança	1048
5.5. Infrações inafiançáveis.....	1049
5.6. Obrigações processuais	1050
5.7. Incidentes relativos à fiança	1050

5.7.1. Quebramento da fiança	1050
5.7.2. Fiança definitiva	1051
5.7.3. Perda da fiança.....	1051
5.7.4. Cassação da fiança.....	1052
5.7.5. Reforço da fiança.....	1052
5.7.6. Fiança sem efeito (inidoneidade da fiança).....	1052
5.7.7. Dispensa da fiança.....	1053
5.7.8. Conversão da liberdade provisória com fiança em liberdade provisória sem fiança.....	1053
5.7.9. Destinação da fiança	1053
5.7.10. Execução da fiança.....	1054
6. Liberdade provisória obrigatória	1054
7. Liberdade provisória proibida.....	1055
7.1. Liberdade provisória proibida para agentes reincidentes, integrantes de organizações criminosas armadas ou milícias, ou que portem arma de fogo de uso restrito (CPP, art. 310, §2º, incluído pela Lei n. 13.964/19).....	1061
8. Liberdade provisória com vinculação	1063
9. Liberdade provisória sem vinculação.....	1064
10. Liberdade provisória e definição jurídica do fato delituoso pela autoridade policial ou pelo Ministério Público.....	1064
11. Liberdade provisória e recursos.....	1065
12. Liberdade provisória no Código de Processo Penal Militar.....	1065
13. Menagem.....	1068

TÍTULO 8 • QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES..... 1069

1. Noções gerais	1069
2. Questões prejudiciais.....	1069
2.1 Conceito e natureza jurídica	1070
2.2. Características	1070
2.3. Distinção entre questões prejudiciais e questões preliminares	1071
2.4. Classificação das questões prejudiciais.....	1072
2.4.1. Quanto à natureza	1072
2.4.2. Quanto à competência.....	1073
2.4.3. Quanto aos efeitos	1074
2.4.4. Quanto ao grau de influência da questão prejudicial sobre a prejudicada.....	1074
2.5. Sistemas de Solução.....	1074

2.6. Questões prejudiciais devolutivas absolutas (heterogêneas relativas ao estado civil das pessoas).....	1075
2.6.1. Pressupostos	1075
2.6.2. Consequências	1076
2.7. Questões prejudiciais devolutivas relativas (heterogêneas não relativas ao estado civil das pessoas).....	1077
2.7.1. Pressupostos	1077
2.7.2. Consequências	1078
2.8. Recursos cabíveis	1079
2.9. Decisão cível acerca da questão prejudicial heterogênea e sua influência no âmbito criminal	1079
2.10. Princípio da suficiência da ação penal	1080
3. Exceções	1080
3.1. Conceito	1080
3.2. Exceções ou objeções	1080
3.3. Classificação das exceções	1081
3.3.1. Quanto à natureza	1081
3.3.2. Quanto aos efeitos	1081
3.3.3. Quanto à forma de processamento	1081
3.4. Natureza Jurídica	1082
3.5. Exceção de suspeição, de impedimento ou de incompatibilidade	1082
3.5.1. Procedimento da exceção de suspeição (impedimento e incompatibilidade)	1082
3.5.1.1. Reconhecimento de ofício da suspeição	1082
3.5.1.2. Oposição da exceção de suspeição...1083	
3.5.1.3. Apreciação da exceção de suspeição pelo juiz excepto	1085
3.5.1.4. Julgamento da exceção de suspeição pelo Tribunal competente.....	1085
3.5.1.5. Recursos cabíveis.....	1086
3.5.2. Suspeição nos Tribunais de 2ª instância e nos Tribunais Superiores.....	1086
3.5.3. Suspeição do órgão do Ministério Público.....	1086
3.5.4. Suspeição de serventuários, de funcionários da justiça, peritos e intérpretes	1087
3.5.5. Suspeição dos jurados.....	1088
3.5.6. Suspeição da autoridade policial	1088
3.6. Exceção de incompetência.....	1089
3.6.1. Do procedimento da exceção de incompetência.....	1089
3.6.2. Arguição da incompetência antes do início do processo	1089
3.6.3. Recursos cabíveis	1090
3.7. Exceção de ilegitimidade	1090
3.7.1. Ilegitimidade <i>ad causam</i> e <i>ad processum</i>	1090
3.7.2. Procedimento da exceção de ilegitimidade de parte	1091
3.7.3. Recursos cabíveis	1091
3.8. Exceção de litispendência.....	1091
3.8.1. Procedimento da exceção de litispendência.....	1092
3.8.2. Recursos cabíveis	1092
3.9. Exceção de coisa julgada.....	1092
3.9.1. Conceito de coisa julgada.....	1092
3.9.2. Coisa julgada formal e material.....	1093
3.9.3. Coisa julgada e coisa soberanamente julgada	1093
3.9.4. Limites da coisa julgada.....	1094
3.9.4.1. Limites objetivos.....	1094
3.9.4.2. Limites subjetivos.....	1095
3.9.5. Duplicidade de sentenças condenatórias com trânsito em julgado	1095
3.9.6. Procedimento da exceção de coisa julgada	1096
4. Conflito de competência	1096
5. Conflito de atribuições no âmbito do Ministério Público	1101
6. Restituição de coisas apreendidas.....	1104
6.1. Apreensão	1104
6.2. Vedações e restrições à restituição de coisas apreendidas.....	1106
6.2.1. Destinação das coisas apreendidas não restituídas	1108
6.3. Procedimento da restituição de coisas apreendidas	1109
6.3.1. Recursos cabíveis	1111
7. Medidas assecuratórias.....	1112
7.1. Noções introdutórias.....	1112
7.1.1. Jurisdicionalidade.....	1112
7.1.2. Pressupostos	1113
7.1.3. Contraditório prévio	1113

7.2. Sequestro.....	1114	9. Incidente de insanidade mental.....	1148
7.2.1. Procedimento.....	1117	9.1. Instauração do incidente.....	1148
7.2.2. Defesa.....	1118	9.2. Procedimento.....	1150
7.2.3. Levantamento do sequestro.....	1122	9.3. Conclusão do incidente de insanidade mental.....	1152
7.2.4. Destinação final do sequestro.....	1123	9.3.1. Durante o processo judicial.....	1152
7.2.4.1. Destinação de obras de arte ou de outros bens de relevante valor cultural a museus públicos.....	1124	9.3.2. Durante o curso do inquérito policial.....	1157
7.2.5. Sequestro de bens de pessoas indicadas por crimes de que resultar prejuízo para a Fazenda Pública (Decreto-Lei n. 3.240/41).....	1125	9.3.3. Durante a execução penal.....	1157
7.3. Especialização e registro da hipoteca legal.....	1126	TÍTULO 9 • SUJEITOS DO PROCESSO.....	1159
7.3.1. Momento.....	1128	1. Noções gerais.....	1159
7.3.2. Pressupostos.....	1128	2. Juiz.....	1159
7.3.3. Legitimidade.....	1129	2.1. Capacidade para ser juiz.....	1160
7.3.4. Procedimento.....	1130	2.2. Escolha dos juízes.....	1160
7.3.5. Defesa.....	1131	2.3. Funções do juiz no processo penal.....	1161
7.3.6. Finalização.....	1132	2.3.1. Funções de ordem jurisdicional.....	1162
7.4. Arresto prévio (ou preventivo).....	1132	2.3.2. Funções de ordem administrativa.....	1163
7.5. Arresto subsidiário de bens móveis.....	1133	2.4. Garantias e vedações dos juízes.....	1163
7.5.1. Inscrição de hipoteca legal e arresto nos crimes de lavagem de capitais.....	1135	2.5. Imparcialidade do juiz.....	1164
7.6. Utilização de bens sequestrados, apreendidos ou sujeitos a qualquer medida assecutoria pelos órgãos de segurança pública.....	1136	2.5.1. Impedimento.....	1164
7.6.1. Conceito e finalidades.....	1136	2.5.2. Suspeição.....	1167
7.6.2. Momento adequado.....	1137	2.5.3. Incompatibilidade.....	1169
7.6.3. Requisitos.....	1138	3. Partes.....	1170
7.6.4. Objeto da medida.....	1138	4. Ministério Público.....	1171
7.6.5. Beneficiários da medida.....	1138	4.1. (Im)parcialidade do Ministério Público.....	1171
7.7. Alienação antecipada.....	1139	4.2. Organização do Ministério Público.....	1174
7.7.1. Momento.....	1140	4.3. Princípios institucionais do Ministério Público.....	1177
7.7.2. Pressupostos.....	1140	4.3.1. Princípio do Promotor Natural.....	1179
7.7.3. Legitimidade.....	1140	4.4. Garantias e vedações.....	1182
7.7.4. Procedimento.....	1141	4.5. Impedimento e suspeição do órgão do Ministério Público.....	1184
7.8. Ação civil de confisco.....	1142	4.6. Promotor <i>ad hoc</i>	1185
8. Incidente de falsidade.....	1143	5. Ofendido.....	1185
8.1. Noções gerais.....	1143	5.1. Ofendido como querelante.....	1185
8.2. Procedimento do incidente de falsidade.....	1145	5.2. Ofendido como assistente da acusação.....	1186
8.3. Recurso adequado.....	1147	5.2.1. Natureza do interesse do assistente da acusação.....	1188
8.4. Suspensão do processo principal.....	1147	5.2.2. Habilitação do ofendido como assistente da acusação.....	1189
8.5. Coisa julgada.....	1148	5.2.3. Atribuições do assistente.....	1191
		6. Acusado.....	1193
		6.1. Capacidade do acusado.....	1193

6.1.1. Menores de 18 (dezoito) anos.....	1193
6.1.2. Acusado inimputável	1194
6.1.3. Pessoa jurídica	1194
6.1.4. Animais, mortos e seres inanimados..	1194
6.1.5. Acusado certo e individualizado	1194
6.1.6. Imunidade diplomática.....	1195
6.2. Autodefesa e presença do acusado	1196
6.3. Contumácia do acusado	1196
6.4. Direitos do acusado.....	1196
7. Defensor	1197
7.1. Espécies de defensor.....	1197
7.1.1. Defensoria Pública	1200
7.2. Defesa técnica plena e efetiva.....	1204
7.3. Abandono do processo pelo defensor.....	1204
7.4. Impedimento do defensor	1205
8. Assistente da defesa	1205

TÍTULO 10 • COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS 1207

1. Noções gerais	1207
2. Citação	1207
2.1. Efeitos da citação válida.....	1208
2.2. Espécies de citação.....	1209
3. Citação pessoal	1210
3.1. Citação por mandado.....	1210
3.2. Citação por carta precatória.....	1211
3.3. Citação do militar	1212
3.4. Citação de funcionário público	1213
3.5. Citação de acusado preso	1213
3.6. Citação de acusado no estrangeiro.....	1214
3.7. Citação em legações estrangeiras	1215
3.8. Citação mediante carta de ordem.....	1215
4. Citação por edital.....	1215
4.1. Hipóteses que autorizam a citação por edital.....	1216
4.2. Suspensão do processo e da prescrição (art. 366 do CPP)	1218
4.2.1. Art. 366 do CPP e sua aplicação na Justiça Militar	1218
4.2.2. Limitação temporal do prazo de suspensão da prescrição	1219
4.2.3. Produção antecipada de provas urgentes	1220

4.2.4. Prisão preventiva	1221
4.2.5. Comparecimento do acusado	1222
4.2.6. Aplicação do art. 366 do CPP na Lei de Lavagem de Capitais.....	1222
5. Citação por hora certa.....	1223
6. Intimação, notificação E CONTAGEM DE PRAZOS	1225
6.1. Início do prazo e início da contagem do prazo	1225
6.2. Intimação e notificação do Ministério Público.....	1227
6.3. Intimação e notificação dos Defensores Públicos	1228
6.4. Prazo em dobro.....	1229
6.5. Intimação e notificação do defensor dativo, do defensor constituído e dos advogados do querelante e do assistente	1230
6.6. Intimação e notificação do ofendido	1230
6.7. Intimação e notificação por hora certa.....	1231
6.8. Intimação e notificação por meios eletrônicos	1231
6.9. (Des) necessidade de observância de prazo mínimo entre a publicação da pauta e o julgamento dos recursos e das ações autônomas de impugnação.....	1232
6.10. Suspensão dos prazos processuais de fim de ano.....	1233

TÍTULO 11 • PROCESSO E PROCEDIMENTO..... 1235

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	1235
1. Noções gerais	1235
1.1. Procedimento e devido processo penal	1236
1.2. Violação às regras procedimentais	1236
2. Classificação do procedimento	1237
2.1. Classificação do procedimento comum	1237
2.1.1. Concursos de crimes, qualificadoras, privilégios, causas de aumento e de diminuição de pena, agravantes e atenuantes	1239
3. Procedimento adequado no caso de conexão e/ou continência envolvendo infrações penais sujeitas a ritos distintos	1240
4. Antigo procedimento comum ordinário dos crimes punidos com reclusão	1241

CAPÍTULO II – PROCEDIMENTO COMUM

ORDINÁRIO.....	1241
1. Oferecimento da peça acusatória.....	1241
2. Juízo de admissibilidade: rejeição ou recebimento da peça acusatória.....	1242
2.1. Momento do juízo de admissibilidade da peça acusatória	1242
3. Rejeição da peça acusatória	1243
3.1. Causas de rejeição.....	1243
3.1.1. Inépcia da peça acusatória	1243
3.1.2. Falta de pressuposto processual	1244
3.1.3. Falta de condições para o exercício da ação penal	1245
3.1.4. Falta de justa causa (suporte probatório mínimo) para o exercício da ação penal	1245
3.2. Rejeição parcial da peça acusatória.....	1246
3.3. Recurso cabível contra a rejeição da peça acusatória	1246
4. Recebimento da peça acusatória.....	1247
4.1. (Des) necessidade de fundamentação do recebimento da peça acusatória	1248
4.2. Consequências do recebimento da peça acusatória	1248
4.3. Recurso cabível contra o recebimento da peça acusatória	1249
5. Citação do acusado	1251
6. Reação defensiva à peça acusatória	1251
6.1. Extinta defesa prévia	1251
6.2. Defesa preliminar.....	1252
6.2.1. Procedimentos em que há previsão legal de defesa preliminar	1252
6.2.2. Consequências decorrentes da inobservância da defesa preliminar.....	1254
6.2.3. Defesa preliminar e (des) necessidade de apresentação concomitante de resposta à acusação.....	1255
6.3. Resposta à acusação.....	1257
6.4. Quadro comparativo entre a extinta defesa prévia, a defesa preliminar e a resposta à acusação.....	1259
7. Revelia.....	1260
8. Possível oitiva da acusação	1262
9. Absolvição sumária.....	1262

9.1. Julgamento antecipado da lide no processo penal.....	1263
9.2. Causas de absolvição sumária no procedimento comum.....	1263
9.3. Inimputável do art. 26, caput, do CP	1264
9.4. Grau de convencimento necessário para a absolvição sumária.....	1264
9.5. Distinção entre a absolvição sumária do procedimento comum e a da 1ª fase do procedimento do júri.....	1264
9.6. Coisa julgada	1265
9.7. Recurso adequado	1265
10. Aceitação da proposta de suspensão condicional do processo	1265
11. Designação da audiência.....	1266
12. Audiência una de instrução e julgamento	1268
12.1. Da instrução probatória em audiência	1268
12.1.1. Dever processual de tutela da integridade física e psicológica da vítima (e das testemunhas) pelas partes e pelos demais sujeitos processuais (Lei Mariana Ferrer).....	1268
12.2. Indeferimento de provas ilícitas, irrelevantes, impertinentes ou protelatórias.....	1272
12.3. Diligências	1273
12.4. Mutatio libelli: eventual necessidade de aditamento	1274
12.5. Alegações orais.....	1274
12.5.1. Conteúdo das alegações orais.....	1275
12.5.2. Ordem de apresentação das alegações orais (memoriais)	1276
12.5.3. Substituição das alegações orais por memoriais	1277
12.5.4. Não apresentação de alegações orais ou memoriais pelas partes.....	1278
12.6. Sentença	1279
12.7. Registro da audiência	1279

CAPÍTULO III – PROCEDIMENTO COMUM

SUMÁRIO.....	1280
1. Noções gerais	1280
2. Distinção entre o procedimento comum ordinário e o procedimento comum sumário	1280

CAPÍTULO IV – PROCEDIMENTO

ESPECIAL DO TRIBUNAL DO JÚRI.....	1281
1. Princípios constitucionais do júri.....	1281

1.1. Plenitude de defesa.....	1281	7.3. Regra probatória: in dubio pro societate (ou in dubio pro reo).....	1306
1.1.1. (In) constitucionalidade da tese de legítima defesa da honra (STF, ADPF 779).....	1282	7.4. Fundamentação e eloquência acusatória.....	1307
1.2. Sigilo das votações.....	1284	7.5. Emendatio e mutatio libelli.....	1309
1.2.1. Sala especial.....	1284	7.6. Conteúdo da pronúncia.....	1310
1.2.2. Incomunicabilidade dos jurados.....	1285	7.7. Infrações conexas.....	1311
1.2.3. Votação unânime.....	1285	7.8. Constatação do envolvimento de outras pessoas como coautores ou partícipes.....	1311
1.3. Soberania dos veredictos.....	1286	7.9. Efeitos da pronúncia.....	1311
1.3.1. Cabimento de apelação contra deci- sões do Júri.....	1286	7.9.1. Decretação da prisão preventiva ou imposição de medidas cautelares diversas da prisão.....	1312
1.3.2. Cabimento de revisão criminal con- tra decisões do Júri.....	1287	7.10. Intimação da pronúncia.....	1313
1.4. Competência para o julgamento dos cri- mes dolosos contra a vida.....	1288	7.11. Recurso cabível.....	1315
2. Procedimento bifásico do Tribunal do Júri.....	1289	8. Desaforamento.....	1315
3. Iudicium accusationis (ou sumário da culpa).....	1290	8.1. Legitimidade para o requerimento de de- saforamento.....	1315
3.1. Alegações orais.....	1292	8.2. Momento para o desaforamento.....	1315
4. Impronúncia.....	1294	8.3. Hipóteses que autorizam o desaforamento.....	1316
4.1. Natureza jurídica e coisa julgada.....	1294	8.4. Aceleração de julgamento.....	1317
4.2. Provas novas e oferecimento de outra peça acusatória.....	1294	8.5. Crimes conexos e coautores.....	1317
4.3. Infração conexa.....	1295	8.6. Comarca (ou subseção judiciária) para a qual o processo será desaforado.....	1317
4.4. Despronúncia.....	1295	8.7. Efeito suspensivo.....	1318
4.5. Recurso cabível.....	1295	8.8. Recursos.....	1318
5. Desclassificação do delito.....	1296	8.9. Reaforamento.....	1318
5.1. Nova capitulação legal.....	1297	8.10. Competência para a execução provisória.....	1318
5.2. Procedimento a ser observado pelo juízo singular competente.....	1297	9. Preparação do processo para julgamento pelo Tribunal do Júri.....	1318
5.3. Infração conexa.....	1298	9.1. Ordenamento do processo.....	1319
5.4. Situação do acusado preso.....	1298	9.2. Ordem do julgamento.....	1320
5.5. Recurso cabível.....	1299	9.3. Habilitação do assistente do Ministério Público.....	1320
5.6. Conflito de competência.....	1299	10. Organização do Júri.....	1320
6. Absolvição sumária.....	1301	10.1. Requisitos para ser jurado.....	1321
6.1. Inimputável do art. 26, caput, do CP.....	1301	10.2. Recusa injustificada.....	1323
6.2. Juízo de certeza.....	1302	10.3. Direitos dos jurados.....	1323
6.3. Infração conexa.....	1302	10.4. Escusa de consciência.....	1324
6.4. Natureza jurídica e coisa julgada.....	1303	11. Sessão de julgamento.....	1324
6.5. Recurso cabível.....	1303	11.1. Reunião periódica.....	1324
6.5.1. Recurso de ofício.....	1304	11.2. Ausências.....	1325
7. Pronúncia.....	1304	11.2.1. Ausência do órgão do Ministério Público.....	1325
7.1. Pressupostos.....	1305		
7.2. Natureza jurídica.....	1306		

11.2.2. Ausência do advogado de defesa.....	1325	12.4.4. Concurso de crimes e homicídio praticado por milícia privada ou por grupo de extermínio	1355
11.2.3. Ausência do acusado solto	1326	13. Desclassificação	1356
11.2.4. Ausência do acusado preso.....	1327	13.1. Desclassificação e infração de menor potencial ofensivo	1357
11.2.5. Ausência do advogado do assistente de acusação	1327	13.2. Desclassificação e crimes conexos.....	1359
11.2.6. Ausência do advogado do querelante.....	1327	14. Sentença.....	1359
11.2.7. Ausência de testemunhas	1328	14.1. Sentença absolutória.....	1359
11.2.8. Ausência do juiz presidente	1329	14.2. Sentença condenatória	1360
11.3. Verificação da presença de, pelo menos, 15 jurados.....	1329	14.2.1. Execução provisória no caso de condenação pelo Júri a uma pena igual ou superior a 15 (quinze) anos de reclusão	1360
11.3.1. Empréstimo de jurados	1329	14.2.1.1. (In) constitucionalidade da execução provisória da pena no âmbito do Júri	1361
11.4.1. Dos jurados	1330	14.2.1.2. Nova sistemática adotada pela Lei n. 13.964/19 para fins de execução provisória da pena no âmbito do Júri.....	1363
11.4.2. Do juiz-presidente	1331	14.3. Ata.....	1365
11.4.3. Do órgão do Ministério Público	1332	14.4. Atribuições do juiz presidente	1365
11.5. Composição do Conselho de Sentença	1332	CAPÍTULO V – PROCEDIMENTO COMUM SUMARÍSSIMO	1366
11.5.1. Recusas motivadas, imotivadas (ou peremptórias) e estouro de urna.....	1332	1. Constituição Federal e Juizados Especiais Criminais.....	1366
11.5.2. Tomada do compromisso dos jurados.....	1333	2. Competência dos Juizados Especiais Criminais ..	1368
11.6. Instrução em plenário	1334	2.1. Conceito de infração de menor potencial ofensivo.....	1368
11.6.1. Leitura de peças.....	1334	2.1.1. Princípio da insignificância e infração de médio potencial ofensivo	1370
11.6.2. Interrogatório do acusado.....	1336	2.2. Excesso de acusação	1370
11.6.2.1. Uso de algemas	1336	2.3. Estatuto da Pessoa Idosa.....	1371
11.7. Debates	1337	2.4. Acusados com foro por prerrogativa de função	1371
11.7.1. Réplica e tréplica	1339	2.5. Crimes eleitorais	1372
11.7.1.1. Inovação na tréplica.....	1339	2.6. Violência doméstica e familiar contra a mulher e aplicação da Lei nº 9.099/95	1372
11.7.2. Exibição e leitura de documentos em plenário	1340	2.6.1. Violência doméstica e familiar contra crianças e adolescentes e (im) possibilidade de aplicação da Lei n. 9.099/95.	1373
11.7.3. Argumento de autoridade	1342	2.7. Aplicação da Lei nº 9.099/95 na Justiça Militar	1374
11.7.4. Direito ao aparte.....	1342	2.8. Conexão e continência entre crime comum e infração penal de menor potencial ofensivo.....	1374
11.7.5. Sociedade indefesa	1343		
11.7.6. Acusado indefeso.....	1343		
11.8. Esclarecimentos aos jurados e possível dissolução do Conselho de Sentença.....	1345		
12. Quesitação.....	1346		
12.1. Leitura dos quesitos.....	1347		
12.2. Votação.....	1348		
12.3. Ordem dos quesitos.....	1349		
12.4. Questões diversas.....	1353		
12.4.1. Absolvição imprópria	1353		
12.4.2. Falso testemunho em plenário	1354		
12.4.3. Agravantes e atenuantes	1354		

2.9. Causas de modificação da competência dos Juizados	1375	8. Representação nos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas.....	1401
2.10. Natureza da competência dos Juizados: absoluta ou relativa	1377	9. Suspensão condicional do processo	1402
2.11. Competência territorial	1378	9.1. Conceito e natureza jurídica	1402
2.11.1. Juizados Especiais Itinerantes.....	1378	9.2. Requisitos de admissibilidade da suspensão condicional do processo.....	1402
3. Termo Circunstanciado.....	1379	9.3. Suspensão condicional do processo em crimes de ação penal de iniciativa privada.....	1404
4. Situação de flagrância nas infrações de menor potencial ofensivo.....	1380	9.4. Iniciativa da proposta de suspensão condicional do processo	1405
4.1. Afastamento do lar nos casos de violência doméstica	1381	9.5. Momento para a aceitação da proposta.....	1406
5. Fase preliminar dos Juizados.....	1381	9.5.1. Desclassificação e procedência parcial da pretensão punitiva.....	1406
5.1. Composição dos danos civis	1382	9.6. Aceitação da proposta	1407
5.2. Oferecimento de representação	1383	9.7. Recurso cabível contra a decisão homologatória da suspensão	1409
5.3. Transação penal	1384	9.8. Condições da suspensão condicional do processo	1409
5.3.1. Pressupostos de admissibilidade da transação penal.....	1384	9.9. Revogação da suspensão condicional do processo	1411
5.3.2. Procedimento para o oferecimento da proposta de transação penal	1386	9.9.1. Revogação obrigatória	1411
5.3.3. Recusa injustificada de oferecimento da proposta de transação penal	1388	9.9.2. Revogação facultativa.....	1411
5.3.4. Momento para o oferecimento da proposta de transação penal.....	1388	9.10. Extinção da punibilidade.....	1412
5.3.5. Descumprimento injustificado da transação penal.....	1390	9.11. Suspensão condicional do processo em crimes ambientais.....	1412
5.3.6. Recurso	1392	10. Execução no âmbito dos Juizados Especiais Criminais.....	1413
6. Análise do procedimento comum sumaríssimo..	1392	TÍTULO 12 • SENTENÇA PENAL	1415
6.1. Oferecimento da peça acusatória	1393	1. Atos processuais do juiz	1415
6.2. Defesa Preliminar	1394	2. Classificação dos provimentos judiciais.....	1415
6.3. Rejeição ou recebimento da peça acusatória	1394	2.1. Despachos de mero expediente	1415
6.4. Citação do acusado.....	1395	2.2. Decisões interlocutórias simples e mistas (não terminativas e terminativas).....	1416
6.5. Resposta à acusação.....	1395	2.3. Decisões definitivas	1416
6.6. Possibilidade de absolvição sumária	1396	2.4. Sentença	1417
6.7. Audiência de instrução e julgamento	1396	2.5. Sentenças definitivas, decisões definitivas e com força de definitivas	1417
7. Sistema recursal no âmbito dos Juizados e julgamento pelas turmas recursais	1397	2.6. Decisões executáveis, não executáveis e condicionais	1418
7.1. Apelação nos Juizados.....	1398	2.7. Decisões subjetivamente simples, subjetivamente plúrimas e subjetivamente complexas.....	1418
7.2. Embargos de declaração nos Juizados	1399	2.8. Decisões suicidas, vazias e autofágicas	1418
7.3. Recurso Extraordinário.....	1399	2.9. Decisões condenatórias, declaratórias, constitutivas (positivas e negativas), mandamentais e executivas	1418
7.4. Recurso Especial	1400		
7.5. Habeas corpus.....	1400		
7.6. Mandado de segurança	1400		
7.7. Revisão criminal	1401		

3. Estrutura e requisitos da sentença	1419	7.1.1. Momento procedimental adequado da <i>emendatio libelli</i>	1461
3.1. Relatório	1419	7.1.2. <i>Emendatio libelli</i> e (des) necessidade de oitiva das partes	1463
3.2. Fundamentação	1420	7.1.3. <i>Emendatio libelli</i> nas diferentes espécies de ação penal	1464
3.2.1. Fundamentação per relationem (ou <i>aliunde</i>)	1422	7.1.4. <i>Emendatio libelli</i> na 2ª instância	1464
3.3. Dispositivo	1423	7.2. <i>Mutatio libelli</i>	1466
3.4. Autenticação	1423	7.2.1. Surgimento de prova nos autos de elementares ou circunstâncias não contidas na peça acusatória	1466
4. Sentença absolutória	1424	7.2.2. Fato novo e fato diverso	1468
4.1. Espécies de sentença absolutória	1424	7.2.3. Necessidade de aditamento, independentemente do <i>quantum</i> de pena cominado à imputação diversa	1468
4.2. Presunção de inocência e regra probatória	1425	7.2.4. Aditamento espontâneo (CPP, art. 384, caput) e provocado (CPP, art. 384, § 1º)	1469
4.3. Fundamentos	1425	7.2.5. Procedimento da <i>mutatio libelli</i>	1471
4.4.1. Efeito principal: colocação do acusado em liberdade	1426	7.2.6. Recurso cabível contra a rejeição do aditamento à peça acusatória	1472
4.4.2. Efeitos secundários	1426	7.2.7. <i>Mutatio libelli</i> nas diferentes espécies de ação penal	1472
5. Sentença condenatória	1427	7.2.8. Aditamento: imputação superveniente e possibilidade de condenação do acusado quanto à imputação originária	1473
5.1. Fixação da pena	1427	7.2.9. <i>Mutatio libelli</i> na 2ª instância	1474
5.1.1. Fixação da pena-base	1430	7.3. Quadro comparativo entre <i>emendatio</i> e <i>mutatio libelli</i>	1476
5.1.2. Fixação da pena provisória	1434	7.4. Disposições comuns à <i>emendatio</i> e <i>mutatio libelli</i>	1476
5.1.3. Fixação da pena definitiva	1436	7.4.1. Possibilidade de oferecimento da proposta de transação penal	1476
5.1.4. Fixação do regime penitenciário	1438	7.4.2. Possibilidade de oferecimento da proposta de suspensão condicional do processo	1477
5.1.4.1. Detração na sentença condenatória para fins de determinação do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade (Lei nº 12.736/12)	1440	7.4.3. Mudança de competência	1478
5.1.5. Substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos	1441	7.4.4. Mudança da espécie de ação penal	1479
5.1.6. Fixação da pena de multa	1443	7.5. <i>Emendatio</i> e <i>mutatio libelli</i> no processo penal militar	1480
5.2. Decretação (ou manutenção) da prisão preventiva ou das medidas cautelares diversas da prisão na sentença condenatória	1444	TÍTULO 13 • NULIDADES	1481
5.3. Efeitos decorrentes da sentença penal condenatória	1445	1. Noções gerais: tipicidade processual e nulidade	1481
5.3.1. Efeitos penais	1445	2. Espécies de irregularidades	1482
5.3.2. Efeitos extrapenais	1446	3. Espécies de atos processuais	1483
5.3.2.1. Efeitos extrapenais obrigatórios	1446	4. Nulidade	1484
5.3.2.2. Efeitos extrapenais específicos	1449		
5.4. Pedido absolutório formulado pela acusação e (im) possibilidade de condenação	1454		
6. Publicação da sentença	1455		
6.1. Esgotamento da instância	1456		
6.2. Intimação da sentença	1457		
7. Princípio da correlação entre acusação e sentença (ou da congruência)	1459		
7.1. <i>Emendatio libelli</i>	1460		

4.1. Espécies de nulidades.....	1485	6.13. Falta de intimação, nas condições estabelecidas pela lei, para ciência das sentenças e despachos de que caiba recurso	1509
4.1.1. Nulidade absoluta.....	1485	6.14. Falta do quorum legal para o julgamento nos Tribunais Superiores e nos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais	1509
4.1.1.1. Hipóteses de nulidades absolutas.....	1487	6.15. Omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato.....	1509
4.1.2. Nulidade relativa.....	1487	6.16. Nulidade decorrente da carência de fundamentação	1510
4.1.2.1. Hipóteses de nulidades relativas	1488	7. Nulidades no inquérito policial	1510
4.1.2.2. Momento para a arguição das nulidades relativas	1488		
4.1.3. Anulabilidades	1491	TÍTULO 14 • RECURSOS.....	1513
4.2. Reconhecimento das nulidades	1492	CAPÍTULO I – TEORIA GERAL DOS RECURSOS.....	1513
4.2.1. Na primeira instância	1492	1. Conceito e características.....	1513
4.2.2. Na segunda instância	1492	2. Natureza jurídica dos recursos.....	1513
5. Princípios referentes às nulidades.....	1493	2.1. Interposição de recursos com intuito manifestamente protelatório e litigância de má-fé	1514
5.1. Princípio da tipicidade das formas.....	1493	3. Princípios	1514
5.2. Princípio do prejuízo.....	1493	3.1. Duplo grau de jurisdição	1514
5.3. Princípio da instrumentalidade das formas....	1494	3.1.1. Recolhimento à prisão para recorrer	1516
5.4. Princípio da eficácia dos atos processuais....	1495	3.1.2. Acusados com foro por prerrogativa de função.....	1519
5.5. Princípio da restrição processual à decretação da ineficácia.....	1496	3.2. Princípio da taxatividade dos recursos.....	1522
5.6. Princípio da causalidade (efeito expansivo)....	1496	3.3. Princípio da unirrecorribilidade das decisões.....	1522
5.7. Princípio da conservação dos atos processuais (confinamento da nulidade)	1498	3.4. Princípio da fungibilidade.....	1523
5.8. Princípio do interesse.....	1498	3.5. Princípio da convolação.....	1524
5.9. Princípio da lealdade (ou da boa-fé).....	1499	3.6. Princípio da voluntariedade dos recursos....	1525
5.10. Princípio da convalidação	1499	3.6.1. Reexame necessário (recurso de ofício ou remessa necessária).....	1525
6. Nulidades em espécie	1501	3.7. Princípio da disponibilidade dos recursos..	1527
6.1. Incompetência	1501	3.8. Princípio da <i>non reformatio in pejus</i> (efeito prodrômico da sentença)	1527
6.2. Suspeição.....	1501	3.8.1. Princípio da <i>non reformatio in pejus</i> direta e indireta	1530
6.3. Suborno do juiz.....	1501	3.8.2. <i>Non reformatio in pejus</i> indireta e incompetência absoluta.....	1531
6.4. Ilegitimidade de parte	1502	3.8.3. <i>Non reformatio in pejus</i> indireta e soberania dos veredictos	1533
6.5. Falta da denúncia, da queixa, da representação e da requisição do Ministro da Justiça.....	1502	3.9. Princípio da <i>reformatio in mellius</i>	1534
6.6. Ausência do exame de corpo de delito	1503	3.10. Princípio da dialeticidade.....	1535
6.7. Falta de nomeação de defensor ao acusado presente, que não o tiver, ou ao ausente, e de curador ao menor de 21 anos.....	1503	3.10.1 Ausência de razões recursais da defesa e do Ministério Público.....	1536
6.8. Não intervenção do Ministério Público	1504		
6.9. Ausência de citação (circundução), do interrogatório do acusado e de concessão dos prazos à acusação e à defesa	1505		
6.10. Nulidades cominadas no procedimento bifásico do Tribunal do Júri.....	1506		
6.11. Falta da sentença.....	1507		
6.12. Falta do recurso de ofício, nos casos em que a lei o tenha estabelecido.....	1509		

3.11. Princípio da complementariedade	1537
3.12. Princípio da variabilidade	1537
3.13. Princípio da colegialidade	1538
4. Pressupostos de admissibilidade recursal (juízo de prelibação).....	1539
5. Pressupostos objetivos de admissibilidade recursal	1541
5.1. Cabimento.....	1541
5.2. Adequação	1541
5.3. Tempestividade	1541
5.3.1. Prazos recursais diversos.....	1542
5.3.2. Interposição de recursos via fax	1544
5.4. Inexistência de fato impeditivo.....	1544
5.4.1. Renúncia ao direito de recorrer.....	1544
5.4.2. Preclusão.....	1545
5.4.3. Recolhimento à prisão para recorrer..	1545
5.5. Inexistência de fato extintivo (extinção anômala do recurso).....	1545
5.5.1. Desistência.....	1545
5.5.2. Deserção	1547
5.5.2.1. Deserção por falta de preparo	1547
5.5.2.2. Deserção por fuga do acusado	1548
5.6. Regularidade formal.....	1548
6. Pressupostos subjetivos de admissibilidade recursal	1549
6.1. Legitimidade recursal.....	1549
6.1.1. Legitimação restrita e subsidiária do assistente da acusação	1550
6.2. Interesse recursal.....	1553
6.2.1 Classificação da sucumbência	1553
6.2.2. Sentença absolutória e interesse recursal da defesa	1554
6.2.3. Extinção da punibilidade e interesse recursal no julgamento do mérito	1554
6.2.4. Divergência entre o interesse recursal do acusado e o de seu defensor.....	1555
6.2.5. Sentença condenatória e/ou absolutória e interesse recursal do Ministério Público.....	1555
7. Efeitos dos recursos	1556
7.1. Efeito obstativo.....	1556
7.2. Efeito devolutivo	1556
7.3. Efeito suspensivo.....	1558

7.3.1. Cabimento de mandado de segurança para atribuir efeito suspensivo a recurso criminal interposto pelo Ministério Público	1559
7.4. Efeito regressivo, iterativo ou diferido	1560
7.5. Efeito extensivo	1560
7.6. Efeito substitutivo	1561
7.7. Efeito translativo	1561
7.8. Efeito dilatório-procedimental.....	1561
8. Direito intertemporal e recursos.....	1562
9. Classificação dos recursos.....	1563
9.1. Quanto à obrigatoriedade.....	1563
9.2. Quanto à fundamentação	1564
9.3. Quanto à extensão da matéria impugnada	1564
9.4. Quanto aos pressupostos de admissibilidade.....	1565
9.5. Quanto ao objeto imediato do recurso.....	1565

CAPÍTULO II – RECURSOS CRIMINAIS EM ESPÉCIE..... 1565

1. Recurso em sentido estrito	1565
1.1. Interpretação extensiva	1566
1.2. Utilização residual do recurso em sentido estrito	1566
1.3. Hipóteses de cabimento	1567
1.3.1. Não recebimento da peça acusatória..	1568
1.3.2. Incompetência do juízo	1568
1.3.3. Procedência das exceções, salvo a de suspeição	1568
1.3.4. Pronúncia do acusado.....	1569
1.3.5. Decisão que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante	1569
1.3.6. Decisão que julgar quebrada a fiança ou perdido o seu valor	1571
1.3.7. Decisão que decretar (ou não) a extinção da punibilidade	1572
1.3.8. Decisão que conceder ou negar a ordem de <i>habeas corpus</i>	1572
1.3.9. Decisão que conceder, negar ou revogar a suspensão condicional da pena ou a suspensão condicional do processo.....	1573
1.3.10. Decisão que conceder, negar ou revogar livramento condicional.....	1574

1.3.11. Decisão que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte, ou que reconhecer a ilicitude da prova e determinar seu desentranhamento.....	1574
1.3.12. Decisão que incluir jurado na lista geral ou desta o excluir	1575
1.3.13. Decisão que denegar a apelação ou a julgar deserta	1575
1.3.14. Decisão que ordenar a suspensão do processo, seja em virtude de questão prejudicial, seja quando o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir defensor	1575
1.3.15. Decisão que decidir sobre a unificação de penas.....	1576
1.3.16. Decisão que decidir o incidente de falsidade.....	1576
1.3.17. Incidentes da execução da pena.....	1576
1.3.18. Decisão que converter a multa em detenção ou prisão simples.....	1577
1.3.19. Decisão que recusar homologação à proposta de acordo de não persecução penal (CPP, art. 28-A)	1577
1.4. Aspectos procedimentais do recurso em sentido estrito	1577
1.4.1. Forma	1577
1.4.2. Prazo.....	1578
1.4.3. Processamento	1579
1.4.4. Competência para o julgamento	1579
1.5. Efeitos	1579
2. Apelação	1581
2.1. Noções gerais.....	1581
2.2. Espécies	1581
2.2.1. Apelação plena (ou ampla) e apelação parcial (restrita).....	1581
2.2.2. Apelação principal e apelação subsidiária (ou supletiva).....	1582
2.2.3. Apelação sumária e apelação ordinária	1582
2.2.4. Apelação adesiva (ou incidental)	1582
2.3. Hipóteses de cabimento	1583
2.3.1. Sentença definitiva de condenação ou absolvição proferida por juiz singular.....	1583
2.3.2. Decisões definitivas, ou com força de definitivas, proferidas por juiz singular, nos casos em que não houver previsão legal de cabimento do recurso em sentido estrito	1584
2.3.3. Decisões do Tribunal do Júri	1584
2.3.3.1. (In) subsistência do cabimento de apelação interposta pela acusação com base no art. 593, III, alínea “d”, do CPP, diante de eventual absolvição do acusado com base no quesito absolutório genérico	1592
2.4. Aspectos procedimentais da apelação	1594
2.4.1. Forma	1594
2.4.2. Prazo.....	1595
2.4.3. Processamento	1595
2.4.4. Competência para o julgamento	1596
2.5. Efeitos	1596
3. Protesto por novo júri	1598
3.1. Revogação pela Lei nº 11.689/08	1598
3.2. Pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade recursal do revogado protesto por novo júri.....	1598
4. Embargos infringentes e de nulidade.....	1601
4.1. Hipóteses de cabimento	1601
4.2. Prazo e interposição	1602
4.3. Competência para seu julgamento	1602
4.4. Efeitos	1603
4.5. Possibilidade de interposição simultânea dos embargos infringentes e de nulidade e dos recursos extraordinários	1603
5. Embargos de Declaração.....	1604
5.1. Hipóteses de cabimento	1604
5.2. Prazo	1605
5.3. Procedimento	1605
5.4. Efeitos quanto aos demais prazos recursais	1605
6. Agravo em execução.....	1606
6.1. Hipóteses de cabimento	1606
6.2. Procedimento	1607
6.3. Prazo	1607
6.4. Efeitos	1607
7. Carta testemunhável	1607
7.1. Hipóteses de cabimento	1608
7.2. Prazo	1608
7.3. Procedimento	1608
7.4. Efeitos	1609
8. Correção parcial.....	1609

8.1. Hipóteses de cabimento	1609	8.1. Ausência de justa causa.....	1630
8.2. Natureza jurídica.....	1610	8.1.1. Falta de justa causa para a prisão.....	1631
8.3. Legitimidade.....	1611	8.1.2. Falta de justa causa e trancamento de investigações preliminares.....	1632
8.4. Prazo.....	1611	8.1.3. Falta de justa causa e trancamento do processo penal	1633
TÍTULO 15 • AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO	1613	8.2. Decurso do tempo de prisão previsto na lei	1634
CAPÍTULO I – HABEAS CORPUS.....	1613	8.2.1. Excesso de prazo da prisão penal.....	1634
1. Noções Gerais.....	1613	8.2.2. Excesso de prazo da prisão temporária.....	1634
2. Natureza jurídica.....	1613	8.2.3. Excesso de prazo da prisão preventiva.....	1634
3. Interesse de agir na ação de <i>habeas corpus</i>	1614	8.4. Cessação do motivo que autorizou a coação	1635
3.1. Necessidade da tutela: violência ou coação decorrente de ilegalidade ou abuso de poder	1614	8.5. Não admissão de prestação de fiança	1636
3.2. Adequação: tutela da liberdade de locomoção e a antiga doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i>	1616	8.6. Processo manifestamente nulo	1637
3.2.1. Hipóteses que autorizam o conhecimento do <i>habeas corpus</i>	1616	8.7. Extinção da punibilidade.....	1638
3.2.2. Hipóteses em que não se autoriza o conhecimento do <i>habeas corpus</i> por falta de adequação	1617	9. Competência.....	1639
3.2.2.1. <i>Habeas Corpus</i> substitutivo de Recurso Ordinário.....	1621	9.1. Competência do Supremo Tribunal Federal.....	1640
4. Possibilidade jurídica do pedido.....	1622	9.2. Competência do Superior Tribunal de Justiça.....	1642
4.1. Cabimento do <i>habeas corpus</i> em relação a punições disciplinares militares.....	1622	9.3. Competência dos Tribunais Regionais Federais.....	1642
4.2. Estado de Sítio.....	1623	9.4. Competência dos Tribunais de Justiça.....	1642
4.3. Prisão administrativa	1623	9.5. Competência da Justiça Militar	1642
5. Legitimação ativa	1624	9.6. Competência das Turmas Recursais	1644
5.1. Distinção entre impetrante e paciente	1624	9.7. Competência da Justiça do Trabalho	1644
5.1.1. <i>Habeas corpus</i> coletivo.....	1624	9.8. Competência do juiz de 1ª instância.....	1645
5.2. Legitimação ampla e irrestrita	1626	9.9. Ministério Público como autoridade coatora e competência para o julgamento do <i>habeas corpus</i>	1645
5.3. Pessoa jurídica.....	1626	10. Procedimento	1646
5.4. Ministério Público	1627	10.1. Capacidade postulatória	1646
5.5. Outras autoridades	1628	10.2. Petição inicial	1646
6. Legitimação passiva	1628	10.3. Dilação probatória.....	1647
6.1. Autoridade coatora (ou coator) e detentor	1628	10.4. Medida liminar	1648
6.2. Ministério Público como autoridade coatora	1628	10.4.1. Indeferimento de liminar por Relator em Tribunal e impetração de novo <i>habeas corpus</i>	1648
6.3. Particular como coator.....	1629	10.5. Apresentação do preso e requisição de informações.....	1649
6.4. Outras autoridades	1629	10.6. Efeito extensivo da ordem de <i>habeas corpus</i>	1649
7. Espécies de <i>habeas corpus</i> : liberatório, preventivo, profilático e trancativo.....	1629		
8. Hipóteses de impetração do <i>habeas corpus</i>	1630		

10.7. Intervenção das partes	1650	7.3. Decisão fundada em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos	1663
10.8. Recursos contra as decisões em <i>habeas corpus</i>	1651	7.4. Descoberta de novas provas em favor do condenado	1663
10.9. Coisa julgada	1652	7.5. Nulidade do processo	1665
CAPÍTULO II – REVISÃO CRIMINAL	1653	8. Aspectos procedimentais da revisão criminal	1666
1. Noções gerais	1653	8.1. Capacidade postulatória	1666
2. Conceito	1653	8.2. Desnecessidade de recolhimento à prisão ...	1666
3. Natureza jurídica	1654	8.3. Inexistência de prazo decadencial	1666
4. Distinção entre revisão criminal e ação rescisória	1654	8.4. Competência	1667
5. Pedidos: juízo rescindente e juízo rescisório	1655	8.5. Procedimento	1668
6. Condições da ação	1655	8.6. Efeito suspensivo	1669
6.1. Legitimidade ativa e passiva	1655	8.7. Ônus da prova	1670
6.2. Interesse de agir: coisa julgada	1656	8.8. Non reformatio in pejus direta e indireta ...	1670
6.2.1. Desnecessidade de esgotamento das instâncias ordinárias (prequestionamento) ..	1657	8.9. Recursos	1671
6.3. Possibilidade jurídica do pedido: sentença condenatória ou absolutória imprópria, inclu- sive após o cumprimento da pena e/ou morte do acusado	1657	8.10. Indenização pelo erro judiciário	1671
6.3.1. Vedação da revisão criminal pro so- cietate no ordenamento pátrio e princípio do <i>ne bis in idem</i> processual	1658	8.11. Coisa julgada	1672
6.3.2. Impossibilidade de utilização da revisão criminal para fins de modificação dos fundamentos de sentença absolutória própria	1659	CAPÍTULO III – MANDADO DE SEGURANÇA	1673
6.3.3. Extinção da punibilidade	1659	1. Noções gerais	1673
6.3.4. Revisão criminal no âmbito do Júri e soberania dos veredictos	1659	2. Conceito e natureza jurídica	1673
6.3.5. Juizados Especiais Criminais	1660	3. Objeto da tutela	1673
6.3.6. Transação penal	1660	4. Prazo decadencial	1674
6.3.7. <i>Impeachment</i>	1661	5. Legitimação ativa e passiva	1674
7. Hipóteses de cabimento da revisão criminal	1661	6. Cabimento	1675
7.1. Contrariedade ao texto expresso da lei penal	1661	6.1. Hipóteses comuns de impetração do man- dado de segurança no âmbito criminal	1676
7.2. Contrariedade à evidência dos autos	1663	7. Aspectos procedimentais	1677
		7.1. Petição inicial	1677
		7.2. Procedimento e julgamento do mandado de segurança	1677
		7.3. Competência	1678
		7.4. Medida liminar	1679
		7.5. Recursos	1680
		BIBLIOGRAFIA	1681